

**COMISSÃO DE INQUÉRITO SOBRE A SITUAÇÃO QUE
LEVOU À NACIONALIZAÇÃO DO BPN
E SOBRE A SUPERVISÃO BANCÁRIA INERENTE**

10 de Março de 2009

23.ª Reunião

Ordem de trabalhos:

Dr. Leonel Mateus (Planfin Contas)

Dr. José Manuel Fragoso de Sousa (ex-administrador do BPN)

Índice remissivo

H

Hugo Velosa (PSD) · 15, 16, 19, 20, 21, 22, 35, 101, 107, 108, 112, 113, 126

J

João Semedo (BE) · 4, 5, 6, 11, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 40, 41, 42, 45, 46, 84, 85, 91, 119, 120, 121, 123, 124

Dr. José Manuel Fragoso de Sousa · 47, 49, 53, 54, 55, 58, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 72, 73, 74, 75, 76, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 87, 91, 94, 95, 106, 108, 109, 112, 113, 116, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 129, 130, 131

L

Dr. Leonel Mateus · 4, 5, 6, 8, 11, 12, 14, 15, 19, 21, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46

Leonor Coutinho (PS) · 12, 13, 14, 15, 36, 37, 38, 39, 92, 95, 109, 124, 126

N

Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP) · 22, 23, 24, 25, 48, 49, 55, 58, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 73, 74, 75, 76, 79, 81, 83, 114, 116, 118, 120, 126, 129, 130

P

Presidente (Aguar Branco) · 3, 4, 8, 11, 12, 13, 14, 15, 19, 20, 22, 23, 26, 29, 30, 32, 33, 34, 36, 38, 40, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 53, 54, 64, 65, 66, 81, 82, 84, 87, 91, 94, 100, 105, 114, 116, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 129, 130, 131

O Sr. Presidente (Aguiar Branco): — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 15 horas e 40 minutos.

Peço desculpa ao Sr. Dr. por este ligeiro atraso, muitas vezes, justificado com a velha desculpa do trânsito, mas, hoje, efectivamente, até aqui, junto à Assembleia, tem sido difícil e eu próprio fui vítima das boas relações, neste caso, existentes entre Portugal e Angola, mas a verdade é que, do ponto de vista do trânsito, está um bocadinho mais complicado e julgo que serão razões dessa natureza que, tanto quanto já fui informado, fazem com que o Deputado Nuno Melo ainda não tenha chegado.

De qualquer maneira, em nome da Comissão, peço imensa desculpa.

A nossa metodologia de trabalho é a seguinte: os Srs. Deputados colocaram as suas questões por um período de 10 minutos e, depois, o Sr. Dr. responderá em relação a esse bloco de perguntas colocadas por cada um dos Srs. Deputados.

Escusado será dizer que, quer para os Srs. Deputados, quer para o Sr. Dr., quanto mais sintéticos, embora esclarecedores, sejam da matéria, melhor será para o bom andamento dos nossos trabalhos.

Pedia também a todas as pessoas que fizessem o favor de desligar os telemóveis ou colocá-los na posição de silêncio, inclusive os Srs. Deputados, porque tenho o problema de me perturbar brutalmente, mesmo o som das mensagens, e, julgo, também perturba o bom andamento dos trabalhos, pelo que pedia o favor de todos verificarem se

têm o telefone na posição de silêncio, ainda que relativamente às mensagens.

Não sei se o Sr. Dr. deseja fazer alguma introdução inicial relativamente a esta matéria, em termos daquela que é a sua relação com o BPN...

O Sr. Dr. Leonel Mateus (Planfin Contas) – Não, não desejo.

O Sr. Presidente (Aguiar Branco): — Então, tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo, do Bloco de Esquerda.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr. Presidente, muito obrigado e boa tarde a todos.

Antes de fazer as minhas perguntas, é habitual na Comissão que, quem cá vem, faça um pequeno currículo da sua actividade no Grupo BPN SLN, para todos termos um pouco de conhecimento dessas actividades.

O Sr. Presidente (Aguiar Branco): — Tem a palavra o Sr. Dr. Leonel Mateus.

O Sr. Dr. Leonel Mateus (Planfin Contas): — Antes de mais, boa tarde.

Eu entrei na Planfin como técnico de contabilidade em 1999 e, em 2001, quando houve a constituição da Planfin Contas, fiz parte dos órgãos sociais, até à altura em que saí do Grupo em 2005. Basicamente, o meu

percurso, dentro do Grupo SLN, foi este. Pelo meio, exerci algumas funções executivas na área hoteleira do Grupo, desde 2002 até 2005.

O Sr. João Semedo (BE): — Portanto, o Sr. Dr. saiu em 2005 do Grupo SLN/BPN?

O Sr. Dr. Leonel Mateus: — Sim, saí em 2005.

O Sr. João Semedo (BE): — Pode-me dizer as razões por que saiu do Grupo?

O Sr. Dr. Leonel Mateus: — As razões prendem-se com o seguinte: quando o Grupo começou a investir na área da hotelaria, em 2002, através da compra do Hotel do Caramulo e, depois, mais tarde, da compra do Hotel da Costa da Caparica, havia necessidade de uma gestão mais presente nessas empresas e eu estive, nesses três anos, vocacionado na gestão operacional de hotelaria.

Trabalhava muito, trabalhava 12 a 14 horas por dia e, ao fim de três anos de estar nessa área, entendi que devia gozar um pouco a vida e que devia agarrar-me a outra actividade profissional que, entretanto, surgiu.

Basicamente, foram estas as razões.

O Sr. João Semedo (BE): — Obrigado, Sr. Dr.

Então iria, agora, fazer as minhas perguntas e o Sr. Dr. Leonel Mateus faria o favor de anotar para depois responder. Acho que é mais prático fazer assim.

A primeira pergunta que lhe queria fazer é se, relativamente ao Banco de Portugal ou ao Ministério Público, é parte em algum processo instaurado por qualquer uma destas duas instituições.

O Sr. Dr. Leonel Mateus: — Posso responder já?

O Sr. João Semedo (BE): — Talvez seja preferível responder no fim. Muitas vezes o método é de pergunta/resposta, mas vamos ter hoje alguma disciplina para ver se conseguimos os dois fazer isso.

Portanto, essa era a primeira pergunta.

A segunda pergunta que gostaria de fazer-lhe é a seguinte: quer relativamente às sociedades *offshore*, que trabalhavam com o Grupo, quer relativamente ao Banco Insular, dois responsáveis do Grupo, que já ouvimos aqui, respectivamente, os Drs. António Franco e Armando Fonseca Pinto, indicaram o nome do Sr. Dr. Leonel Mateus como uma das quatro pessoas, entre as quais se encontrava o Dr. José Oliveira e Costa e o Dr. Luís Caprichoso, que davam directamente ordens para a realização de determinadas operações financeiras, quer relativamente a esse conjunto ou a algumas dessas sociedades *offshore*, quer relativamente ao Banco Insular.

Portanto, quando o Sr. Dr. desse a sua resposta, gostaria que dissesse se isto é verdade ou não, em que medida é que é verdade, que tipo de operações é que o Sr. Dr. ordenava, qual o seu destino, quais os seus beneficiários para termos um pouco também a noção da actividade que desenvolvia neste plano.

Uma terceira pergunta que gostava de lhe fazer é se tem alguma explicação para o facto de a sociedade Planfin se ter dissolvido dois ou três dias antes da entrada do Dr. Miguel Cadilhe e da sua equipa na administração do Grupo SLN/BPN.

E pergunto-lhe isto porque, tanto quanto sabemos, a sociedade Planfin era a sociedade que coordenava, digamos, e que fazia a contabilidade e os registos de todas as operações do Grupo que tinham como plataformas, veículos ou destinatários, as sociedades *offshore* com que o Grupo trabalhava e, por isso a Planfin era absolutamente essencial na relação que este Grupo tinha com as sociedades *offshore* e, nomeadamente, com o Banco Insular.

Gostaria, portanto, que o Sr. Dr. nos falasse sobre isso, sobre as suas responsabilidades, sobre as operações que ordenava e não ordenava, quem é que também lhe dava orientações e ordens no capítulo destas relações, uma vez que, para nós, este apuramento é muito importante.

Gostaria também que me explicasse por que é que a composição societária da Planfin foge, um pouco, ao paradigma das empresas do Grupo. Reparemos: segundo as minhas informações, que poderão não estar certas, a Planfin era detida em 24% pelo Dr. Luís Caprichoso, em 16% pela Sociedade Lusa de Negócios, em 1% pela Dr.^a Isabel Cardoso, que, tanto quanto sei, é ou foi esposa do Dr. Luís Caprichoso – e espero não estar a cometer nenhum erro, porque, nestas coisas, é sempre delicado estar a casar seja quem for com quem que seja, mas julgo que é esta a informação – e, depois, o que é bastante diferente do habitual, é uma sociedade que tem ainda como sócios uma sociedade *offshore*, que detém

6% do capital, e os estantes 50% do capital são propriedade de um senhor chamado Rui Fonseca.

Ora, esta composição foge um pouco ao paradigma habitual das sociedades e eu gostaria que nos explicasse se há alguma razão para isso e, nomeadamente também, que sociedade *offshore* é que era sócia da sociedade Planfin e quem é este Sr. Rui Fonseca (que desconheço se é engenheiro ou doutor ou qualquer outra coisa) e, portanto, gostaria que nos informasse sobre isso.

Gostaria ainda que me informasse, caso o Sr. Dr. saiba, a quem pertencia o Excellence Assets Fund antes de ser adquirido pela Sociedade Lusa de Negócios, e também se sabe a quem pertencia a sociedade La Granjilla e que tipo de sociedade era esta e que actividade desenvolvia.

Pergunto-lhe também, se tem conhecimento, a que sociedades *offshore* estava ligado o Sr. El-Assir.

Nós não temos propriamente um limite de perguntas e, portanto, podemos ir fazendo rondas sucessivas, o que não, enfim, muito frequente, mas, para começar, gostaria que o Sr. Dr., se tivesse possibilidade, que me esclarecesse sobre estas perguntas que acabei de fazer.

O Sr. Presidente (Aguiar Branco): — Sr. Dr. Leonel Mateus, tem a palavra para responder, se faz favor.

O Sr. Dr. Leonel Mateus: — Então, relativamente à questão do Banco de Portugal/Ministério Público, não sou parte nesse processo, fui lá testemunhar às duas entidades na qualidade de testemunha.

Quanto às afirmações do ex-director de operações do BPN, eu nunca ordenei qualquer transferência para o Banco Insular, não podia fazê-lo, nunca fui superior hierárquico do Sr. Director de Operações. Eu pertencia aos quadros da Planfin Contas, uma empresa que prestava serviços de contabilidade para empresas do Grupo da área não financeira.

As únicas instruções que foram entregues – o que é substancialmente diferente de ordenar! – pelo banco diziam respeito à gestão administrativa dessas empresas, tal qual nós fazíamos a contabilidade, ou seja, cada vez que era necessário fazer ordens de transferência de uma empresa *A* para uma empresa *B*, de empresas participadas, alguém tinha que ir ao banco entregar essas ordens de transferência, mas isso não faz de mim autor de qualquer transferência.

Sobre ordens para o Banco Insular, é completamente falso. Nunca ordenei nada para o Banco Insular e do Banco Insular apenas conheço o nome. Repito: apenas conheço o nome!

Relativamente à dissolução da Planfin, ela foi dissolvida já numa fase em que não estava no Grupo, presumo.

E, já agora, se me permite, vou fazer um pouco de história da Planfin: em 2002, houve uma reestruturação. Portanto, quem integrava quadros da Planfin eram pessoas da área jurídica e pessoas da área económica. Em determinada altura, em 2001, houve uma separação dessas duas áreas e a Planfin Contas agregou as pessoas da área da contabilidade e, portanto, todas as pessoas que trabalhavam na Planfin Contas eram pessoas da área da contabilidade e todas as pessoas que ficaram na Planfin eram pessoas da área jurídica.

Em 2002, houve uma reestruturação interna funcional, em que foram criadas direcções de serviço para a SLN, que trabalhavam directamente para a SLN e para outros conselhos de administração de participadas da SLN, sendo que essas direcções de serviço eram compostas por esses juristas da Planfin.

A Planfin, enquanto sociedade, ficou sem conteúdo funcional. Existia como sociedade até à altura em que foi proposta a dissolução, presumo, não sei em que data é que foi, porque eu já não estava no Grupo. Mas, funcionalmente, a Planfin limitava-se a processar os vencimentos dessas pessoas e a debitar o seu custo integralmente à SLN. As pessoas, funcionalmente, não respondiam aos órgãos sociais da Planfin mas ao conselho de administração da SLN.

Presumo que, com a entrada do Dr. Miguel Cadilhe, as pessoas passaram para os quadros da SLN porque era funcionalmente onde estavam a trabalhar e, por esse efeito, deixou de fazer sentido a manutenção da empresa Planfin como sociedade. Não sei por que é que não foi feito mais cedo e por que é que foi feito naquela altura, não faço a mínima ideia e, portanto, a isso não sei responder.

Quanto à questão da coordenação, se eu coordenava *offshore* e sobre a constituição de *offshore*, a Planfin, que eu saiba, nunca constituiu *offshore* nenhuma; a Planfin constituiu sociedades portuguesas, muitas das quais são hoje parte integrante do Grupo SLN, nomeadamente *sub-holdings*.

Quanto à constituição de sociedades *offshore*, eu nunca estive presente em nenhuma reunião onde se falasse de qualquer constituição de sociedade *offshore* ou onde se falasse qualquer tema sobre isso e,

portanto, não posso afirmar, com garantia nem com ordem de certeza, que a Planfin constituiu, alguma vez, sociedades *offshore*.

Sobre a constituição da Planfin, não sei porquê que não é muito normal face às outras empresas do Grupo. Há aqui uma sociedade de prestação de serviços que era detida – não sei se se mantém ou não – pelo Grupo, conforme o Sr. Deputado referiu, em 16%, embora não possa confirmar se era ou não esta a percentagem, não faço ideia, e não sei em que é que isto é estranho, enfim, não percebi qual é o...

O Sr. João Semedo (BE): — Eu digo, muito rapidamente: é que a maior parte das sociedades tinham a maioria do capital da SLN. A estranheza é essa, a diferença é essa.

O Sr. Dr. Leonel Mateus: — Mas foi constituída assim. Não sei, eu não faço parte da constituição da sociedade.

Quanto aos 50% do Sr. Rui Fonseca, pouco ou nada sei dizer sobre o mesmo, porque conheci-o apenas como accionista do Grupo e não sei dizer mais nada sobre ele.

Quanto à Excellence Assets Fund, não faço ideia onde é que ele esteve, como é que esteve, não faço ideia.

Quanto à La Granjilla, não me diz nada.

Quanto à *offshore* El-Assir, nada me diz.

Não sei se respondi...

O Sr. Presidente (Aguiar Branco): — Se o Sr. Deputado desejar alguma concretização, ficará para um segundo momento.

O Sr. João Semedo (BE): — Sim, fica para uma segunda volta.

O Sr. Dr. Leonel Mateus: — Já agora, faltou-me dizer aqui apenas o seguinte, porque foi dito aqui pelo Sr. António Franco e pelo Dr. Armando Pinto, que repetiu palavras do Sr. António Franco, e, pelos vistos, é testemunha de «ouvi dizer»: uma coisa é quem dá instruções e quem dá instruções são titulares de contas bancárias e outra coisa é quem apresenta essas instruções a um banco.

Portanto, são coisas completamente diferentes.

O Sr. Presidente (Aguiar Branco): — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Leonor Coutinho.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Muito obrigada, Sr. Presidente.

Gostaria de saudar o nosso convidado de hoje e fazer-lhe algumas perguntas.

Já vimos aqui que o principal accionista da Planfin é o Sr. Rui da Fonseca, que tem 50% do capital. Pergunto-lhe se já o conhecia anteriormente a ter entrado na Planfin.

O Sr. Presidente (Aguiar Branco): — Sr.ª Deputada, só por causa do método, vai fazer essa pergunta em concreto ou...

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Preferia porque, se faço todas, depois não...

O Sr. Presidente (Aguiar Branco): — Mas, como estamos a seguir esta metodologia...

A Sr.^a Leonor Coutinho (PS): — Quer que faça todas de uma vez?
Então, o Sr. Dr. Leonel Mateus tem que anotar!

O Sr. Presidente (Aguiar Branco): — É que foi a metodologia que foi acordada.

A Sr.^a Leonor Coutinho (PS): — Portanto, a primeira pergunta era se conhecia o Sr. Rui da Fonseca, antes de ter entrado para a Planfin.

Em segundo lugar, porque o senhor é técnico oficial de contas, gostaria de lhe perguntar de que empresas do Grupo SLN, ou seja, gostaria que nos dissesse o nome das empresas e, se esquecer alguma, pedia para, depois, nos fazer chegar essa informação.

Gostaria também que nos esclarecesse sobre as diferenças entre a Planfin Management Marketing, que está registada, ou melhor, que estava registada, porque tudo isso já foi encerrado, na Madeira, e a Planfin Holding de Gestão de Activos, que está no Luxemburgo, e a Planfin Contas porque há aqui três entidades e talvez o senhor saiba quais são as ligações entre elas.

Gostaria também de lhe perguntar por que preço foi adquirido o Hotel da Costa da Caparica, uma vez que há indícios de que ele terá sido adquirido por um valor da ordem do dobro daquilo por que estava avaliado e, portanto, há uma sobreavaliação de activos, pelo que eu

gostaria que me explicasse o que é que se passa em relação à aquisição deste activo. E idem em relação ao Hotel do Caramulo. Aliás, como estive ligado à gestão dos dois, provavelmente, saberá mais sobre esta matéria.

Também gostaria de lhe perguntar se conhece o negócio da actual Pet Gest, que é um negócio de cães e gatos, isto é, se conhece isso e se é técnico dessa empresa ou não.

Gostaria também que me dissesse se conhece o negócio do imobiliário ligado com a Marina de Albufeira.

E, para já, nesta primeira fase, eram as perguntas que tinha para lhe fazer.

O Sr. Presidente (Aguar Branco): — Para fazer o favor de responder, tem a palavra o Sr. Dr. Leonel Mateus.

O Sr. Dr. Leonel Mateus: — Relativamente ao Sr. Rui Fonseca, conhecia-o de vista e não mais do que isso.

A Sr.^a Leonor Coutinho (PS): — Antes da entrada na Planfin, Sr. Dr.?

O Sr. Dr. Leonel Mateus: — Sim, sim, antes da entrada para a Planfin!

Como TOC e quais são as empresas em que eu sou TOC, não lhe sei dizer. Eu já saí em 2005 e fui TOC em muitas. Aliás, a actividade da Planfin Contas era exercer contabilidade a empresas não financeiras. Admito que fui TOC de dezenas de empresas, como é normal. Não sei, agora, precisar quais.

A Sr.^a Leonor Coutinho (PS): — Depois, pode, mandar-nos...

O Sr. Dr. Leonel Mateus: — Sim, com certeza!

Sobre a Planfin Management, quanto sei foi uma sociedade constituída pela Planfin que nunca teve actividade. Esta sociedade Planfin Management nunca exerceu qualquer tipo de actividade.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — De contabilidade?

O Sr. Dr. Leonel Mateus: — Como? Exactamente!

O Sr. Presidente (Aguiar Branco): — Não pode interromper, Sr. Deputado.

Faça favor de continuar, Sr. Dr. Leonel Mateus.

O Sr. Dr. Leonel Mateus: — Quanto à Planfin Holding no Luxemburgo, é uma novidade para mim. Desconheço completamente essa Planfin Holding no Luxemburgo. Desconheço e nunca ouvi falar nela!

A Planfin Contas é uma sociedade, cuja constituição foi deliberada em conselho de administração da Planfin em 2000 ou 2001, já não sei precisar, e, portanto, é uma participação directa da Planfin, e, na altura, tanto eu como o meu colega Dr. Luís Almeida, ficámos com uma pequena participação de 15%, que foi-nos atribuída a título de incentivo e de maior integração no grupo de trabalho.

Quanto ao Hotel da Costa da Caparica, desconheço esta avaliação que diz que está sobreavaliada. Nunca vi, não estive presente na negociação da compra do hotel. Depois da aquisição dos hotéis, só estive presente na gestão operacional dos hotéis. Nunca intermediei nenhum negócio de aquisição das empresas. Para mim, o valor é o valor que é da vontade entre as partes e, portanto, não há nada a dizer sobre isso, não tive conhecimento de nenhuma avaliação. E em relação ao Hotel do Caramulo é a mesma coisa, é a mesma situação – aliás, é a primeira vez que estou a ouvir falar de sobreavaliação.

Sobre a Pet Gest, o nome não me é estranho, mas não sei que actividade é que a Pet Gest faz, ou que deixa de fazer, ou alguma vez fez, mas o nome não me estranho, é uma sociedade que pertenceu ao Grupo.

Sobre a Marina de Albufeira, não sei rigorosamente falar sobre a Marina de Albufeira, nunca estive presente nos órgãos sociais da Marina de Albufeira, nunca negocie nada sobre a Marina de Albufeira, que, embora estivesse numa área ligada ao turismo, nunca pertenceu à *sub-holding* do Grupo, foi sempre autónoma e eu nunca tive qualquer ligação com a Marina de Albufeira.

O Sr. Presidente (Aguiar Branco): — Sr. Deputado Hugo Velosa, do Partido Social-Democrata, tem a palavra.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Queria agradecer a presença do Dr. Leonel Mateus e deixar algumas questões.

Naturalmente que, face às suas respostas iniciais, não vou insistir naquilo que já disse peremptoriamente que não era algo daquilo de que tínhamos aqui informação, tendo eu chegado à conclusão que aquilo que fez, até 2005, na Planfin, era meramente a contabilidade e nada mais e, portanto, não ordenou nenhuma transferência, embora isso, enfim, vale o que vale e contraria alguns depoimentos que já foram aqui feitos, mas, naturalmente, é isso que registamos na sua resposta.

Mas eu gostaria de lhe deixar um grupo de questões sobre este enquadramento inicial que nos deu na Comissão de Inquérito.

Primeira questão: qual o papel concreto da Planfin no universo BPN SLN, isto é, o papel concreto. Era só contabilidade? Esta é uma primeira questão que lhe deixava sobre esta matéria.

A segunda questão é sobre se sabe dizer alguma coisa à Comissão de Inquérito, nesse enquadramento que nos disse ou noutro que nos possa dizer, sobre qual o papel do Banco Insular no universo BPN SLN e quando é que começou o Banco Insular a funcionar no universo BPN SLN.

Terceira questão: se o Dr. Leonel Mateus e a Planfin tiveram algum papel concreto em relação ao Banco Insular.

Quarta questão: já nos disse, ao contrário de dois ou três depoimentos que ouvimos aqui anteriormente, que nunca deu quaisquer tipo de instruções relacionados quer com o Banco Insular quer com as *offshore*. Foi isso que percebi.

Mas, sobre isso, deixo-lhe mais uma questão, que será a quinta, e pergunto-lhe: quem é que no universo BPN SLN criava, planeava e organizava os *offshore*? Isto porque já está perfeitamente claro para nós, Comissão de Inquérito, que o Grupo SLN BPN, sobretudo a SLN,

funcionaram, para vários efeitos, com a utilização de *offshore*. Não é que a utilização de *offshore* seja, por princípio, ilegal, mas é para se saber quem é que as criava, quem é que ordenava, se sabe, quem é que planeava e organizava essas *offshore* no universo da SLN.

Não percebi, até porque saiu, segundo diz, em 2005, o que é que aconteceu, depois, à Planfin, mas nós temos elementos que nos permitem dizer que foi liquidada, que terminou a sua actuação no universo SLN BPN, e sabemos que o trabalho da Planfin terá sido substituído por uma sociedade de advogados que funcionará com o papel da anterior Planfin em relação à questão das *offshore*. Queria que me confirmasse isto, se é verdade ou não.

Há aqui uma pergunta que não queria deixar de lhe fazer, apesar do seu enquadramento inicial e das respostas que já foram dadas aos meus colegas Deputados, que é a seguinte: sabe por que é que a SLN recorreu, sistematicamente, a *offshore* e com que objectivos e também se sabe, até porque fazia a contabilidade na Planfin, quais eram as vantagens para o Grupo, quem é que colhia vantagem dessa utilização sistemática das *offshore*?

Por último, deixo-lhe uma questão, que, para nós, é importante, e não vou citar, pelos menos, três depoimentos muito claros do Dr. António Franco, do Dr. Armando Fonseca Pinto e do Prof. Carvalho das Neves, que nos disseram na Comissão da relação muito clara da Planfin e de um determinado número de pessoas, entre elas o Dr. Leonel Mateus, com o Banco Insular e com as *offshore* da SLN.

Naturalmente que os depoimentos valem o que valem e nós faremos a apreciação final, mas a verdade é que isso foi aqui dito e eu até

poderia transcrever, exactamente, o que foi dito nesses três depoimentos anteriores.

Daí que, lhe deixe, como ultima questão a de saber se, efectivamente, a Planfin e quem, em nome da Planfin, a confirmarem-se esses três depoimentos que referi, tinha alguma coisa a ver com as ordens concretas para as relações SLN Banco Insular e para a constituição e funcionamento das *offshore* do Grupo SLN.

O Sr. Presidente (Aguiar Branco): — Faz favor, Sr. Dr. Leonel Mateus.

O Sr. Dr. Leonel Mateus: — Não sei se vou conseguir responder a todas as questões, porque foram muitas e houve considerandos pelo meio.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Depois posso fazer uma segunda ronda, se houver alguma questão que...

O Sr. Dr. Leonel Mateus: — Então, agradecia.

Perguntou qual o enquadramento da Planfin e da Planfin Contas, na SLN.

A Planfin Contas executou, pelo menos até à altura em que saí, em 2005, contabilidade de empresas não financeiras do Grupo SLN, repito, contabilidade, exclusivamente, de empresas não financeiras do Grupo SLN e prestava assessoria administrativa, quer ao conselho de administração da SLN, quer aos conselhos de administração das empresas participadas não financeiras.

Sobre a Planfin, sei muito pouco falar em concreto da sua actividade da, porque a minha intervenção na Planfin limitava-se, como já referi no início, a processar os vencimentos das pessoas e a debitar esse custo, na íntegra, à SLN, porque, na prática, as pessoas trabalhavam para a SLN.

A julgar pela informação das pessoas, era um serviço de assessoria jurídica que a Planfin prestava ao conselho de administração da SLN. Mais do que isto, não sei dizer porque não conheço, não sei. Nunca estive presente em nenhuma reunião onde se tivesse falado de outra coisa que não fosse assessoria jurídica e, no meu caso, era assessoria contabilística e administrativa.

Sobre a Planfin com o Banco Insular, nunca ouvi nem nunca assisti a ninguém da Planfin falar sobre o Banco Insular, nunca esse tema foi falado no seio da Planfin.

Depois, perguntou-me, se a memória não me traiçoa, quem é que criava, ordenava e organizava as sociedades *offshore*. Eu posso dizer-lhe que nunca trabalhei nessa área, a minha área era de contabilidade e nunca estive ligado a uma área dessas. Não sei dizer, em concreto, quem é que criava ou quem é que planeava; a minha actividade era contabilidade e controlo de gestão nas empresas não financeiras e na área de hotelaria.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Sr. Presidente, posso fazer uma precisão?

O Sr. Presidente (Aguiar Branco): — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Eu penso que percebeu a questão, ou seja, se, quando, no exercício dessa actividade, que já disse aqui, à Comissão, qual era em concreto, sabia quais eram as *offshore*, quais as que não eram *offshore*, quais as que eram de direito português, quais as que eram de direito estrangeiro, etc.

O Sr. Dr. Leonel Mateus: — Eu nunca vi nenhum documento oficial de nenhuma *offshore*, nunca tive contacto com essa realidade. Não sei se fui claro e se me consegui fazer explicar.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Mas alguém sabia!

O Sr. Dr. Leonel Mateus: — Pois, alguém sabia, mas eu, infelizmente, não.

Sobre qual o objectivo das *offshore*, não faço a mínima ideia. E sobre quem colhia vantagens também não sei.

Relativamente a depoimentos anteriores, direi: quanto ao Dr. Carvalho das Neves, nunca conheci o senhor, nunca trabalhei nem nunca me cruzei com ele, nunca ele soube o âmbito das minhas funções, nunca nos cruzamos, porque, entretanto, ele, acho, entrou já na administração do Dr. Miguel Cadilhe e eu já não estava no Grupo, pelo menos, há dois ou três anos.

A única referência que julgo que foi aqui dita pelo director de operações do BPN foi relativamente às instruções. E eu já expliquei que nunca dei quaisquer ordens, porque não podia dar, não era possível dar ordens à direcção de operações, nem nunca dei instruções, pois quem dá

instruções são os titulares de contas bancárias e eu, apenas no cumprimento dos serviços administrativos, que a Planfin Contas exercia, entregava ordens ao banco, mas exclusivamente ao BPN.

Segundo julgo saber o Sr. Dr. Armando Pinto, a única referência que fez foi uma conversa que teve com... – lá está é a tal testemunha de «ouvi dizer». Eu acho que nunca falei com o senhor, nunca trocámos impressões sobre o que é que ele fazia ou o que é que deixava de fazer e, portanto, nem sequer vou comentar isso.

Não sei se houve mais alguma pergunta?

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Não.

O Sr. Presidente (Aguiar Branco): — Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Melo, dentro da metodologia que está a ser seguida que é a de, em 10 minutos, incorporar as várias perguntas que deseja fazer.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Não gastarei tanto, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Sr. Dr., e queria, desde já, agradecer as suas respostas.

Pergunto-lhe, em concreto, se trataram da contabilidade de alguma destas empresas que lhe vou referir: Adler, Ilea, Delas, Cisco International, Biometrics Imagineering, NewTech, Marazion e Insular Holdings.

Gostava também de saber se, ao nível da contabilidade, alguma vez foi solicitada alguma intervenção ao nível de um fundo, designado por Excellence Assets Fund, depois transformado em Clip.

Pergunto-lhe, ainda, se também foi solicitada alguma intervenção a propósito de duas empresas com os seguintes nomes espanhóis: uma, José Enrique Navarro Nuno de La Rosa e, outra, Julien de la Cierva de la Calle.

Depois pergunto-lhe – isto, sim, em concreto –, em relação à inclusão nas contas da SLN das participações, agregação das participações e *offshore*, se, nessa contabilidade que faziam, havia o cruzamento de dados contabilísticos ao nível dessas diferentes empresas e, dentre essas, daquelas que funcionavam no universo *offshore*, e, portanto, gostaria de saber se lhe era dada alguma instrução.

E era isto, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (Aguiar Branco): — Sr. Dr., tem a palavra para responder às questões do Sr. Deputado Nuno Melo.

O Sr. Dr. Leonel Mateus: — As sociedades que o Sr. Deputado referiu não me dizem nada.

Quanto a instruções, eu não percebi essa pergunta. Instruções sobre quê?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — A contabilidade que a Planfin fazia, como o Sr. Dr. referiu, era relacionada com as sociedades não financeiras do Grupo SLN, não é assim?

O Sr. Dr. Leonel Mateus: — Sim...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — O Sr. Dr. é capaz de nos mostrar com alguns exemplos só para termos a noção do tipo de sociedades a que se refere?

O Sr. Dr. Leonel Mateus: — Olhe, a título de exemplo, a própria SLN individual como *holding*, as *sub-holdings* da SLN, com excepção da BPN, SGPS, as *holdings* da área da hotelaria, da área imobiliária, da área dos automóveis. Em todas essas *sub-holdings*, a contabilidade era executada por nós. A contabilidade das empresas de gestão hoteleira também era executada por nós.

Nestas sociedades, que acabei de referir, nós fazíamos a contabilidade. Portanto, nada disto tem a ver com a área financeira e, por isso, é que também não fazia muito sentido termos alguma coisa a ver com qualquer tipo de empresa da área financeira.

A nossa equipa de trabalho funcionava só para estas áreas não financeiras, era a formação que tínhamos e eram essas contabilidades que fazíamos.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Mas, isoladamente, Sr. Dr.? Ou seja, o Sr. Dr. imagine-se em relação a uma qualquer *sub-holding*. Fazia a contabilidade dessa *sub-holding* em concreto ou integrada no Grupo SLN?

O Sr. Dr. Leonel Mateus: — A *sub-holding* tem uma contabilidade individual, não é?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sim!

O Sr. Dr. Leonel Mateus: — E, depois, as contas dessa empresa contribuía para o consolidado da SLN. E essa conta, como também diria, não era da responsabilidade da Planfin.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Em que circunstância?

O Sr. Dr. Leonel Mateus: — Ou seja, não faziam esse trabalho integrado, a consolidação?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sim.

O Sr. Dr. Leonel Mateus: — Não, isso estava entregue a um departamento especializado de consolidação.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Da Planfin?

O Sr. Dr. Leonel Mateus: — Não, não, do departamento de consolidação da SLN.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Muito bem.

O Sr. Presidente (Aguiar Branco): — Vamos, agora, iniciar uma segunda ronda de perguntas, sendo que registo a inscrição do Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. João Semedo (BE): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Temos aqui um problema, que não gostava de contornar: é que o Sr. Dr. diz exactamente o contrário de outras pessoas que aqui estiveram. E isto é uma evidência, tanto que posso ler-lhe, só para termos ideia: «As operações cujos registos fez para este banco (que era o Banco Insular), eram feitas por ordem do Oliveira e Costa, Francisco Sanches, Luís Caprichoso e Leonel Mateus» – estas são declarações do Dr. António Franco. «Do Dr. Leonel Mateus, da Planfin e eram eles que faziam a contabilidade de todas as *offshore* do Grupo» – são declarações do Dr. António Franco.

E só não leio outras declarações, porque estas já estão numa acta e as outras ainda estão nos meus apontamentos.

Mas creio que todos nós ficamos com a sensação de que o Sr. Dr. diz exactamente o contrário do que os outros disseram.

Gostava de começar por lhe perguntar o seguinte: admitamos, então, que o Sr. Dr. não dava ordens e se limitava a transportar as ordens que outros executavam, se percebi bem aquilo que disse há pouco. Portanto, havia quem ordenasse, havia quem transmitisse a ordem e havia quem executava a ordem.

Pergunto-lhe, então, o que é que o Sr. Dr. transmitia, quer dizer, já que não dava as ordens, então ordens de quem é que transmitia? Gostava que me esclarecesse sobre isto.

Gostava também que me esclarecesse sobre o encerramento da sociedade.

A sociedade que foi encerrada foi a Planfin Planeamento Financeiro Internacional e esta sociedade foi encerrada não por decisão da administração do Dr. Miguel Cadilhe, mas, sim, por decisão dos administradores da sociedade. Portanto, não há uma relação de causa/efeito entre uma coisa e a outra e, por isso, eu fiz a pergunta.

O Sr. Dr. dir-me-á, como já disse há pouco, que, na altura, já não estava lá, e é certo, mas, tendo em conta que estive durante muito tempo, eu volto a perguntar-lhe se tem alguma explicação, ou alguma interpretação, ou alguma suposição sobre a razão de uma tão importante empresa ter sido encerrada.

Em terceiro lugar, gostava de lhe perguntar, porque essa também é uma afirmação que consta de uma acta de uma outra pessoa que nós, aqui, ouvimos, se alguma vez o Dr. Leonel Mateus pertenceu ao chamado Gabinete do Dr. José Oliveira e Costa.

O Sr. Dr. Leonel Mateus: — Eu, ao gabinete de...

O Sr. João Semedo (BE): — Sim, se algumas vez pertenceu ao Gabinete do Dr. Oliveira e Costa. «Gabinete», aqui, significa, enfim, penso eu, as assessorias, as pessoas que colaboravam mais directamente com o Dr. José Oliveira e Costa, fosse em que sentido fosse essa colaboração mais directa.

Não volto a insistir com a pergunta sobre se faziam ou não a contabilidade das sociedades *offshore*, que já a tinha feito e o Deputado Nuno Melo também perguntou, e o Sr. Dr. diz que não.

Deixo uma última pergunta que é a seguinte: o Sr. Dr. não nos disse, mas tanto quanto sei, foi administrador de uma outra SGPS do Grupo, que se chama a Voilpart, de que o senhor foi, tanto quanto sei, administrador e esta sociedade...

O Sr. Dr. Leonel Mateus: — Qual sociedade?

O Sr. João Semedo (BE): — Voilpart, SGPS!

Esta sociedade foi, em tempos, presidida pela Dr.^a Isabel Cardoso, que presumo que o Sr. Dr. sabe quem é, mas há um outro aspecto que, enfim, contraria um pouco as palavras do Sr. Dr. e que é o seguinte: é que esta sociedade, em 1 de Abril de 2004, data em que o Sr. Dr., tanto quanto sei, ainda lá estava, transferiu 11 milhões de euros para o Banco Insular.

Portanto, sendo o Sr. Dr. administrador da sociedade, admito que tivesse conhecimento e, por isso, estranho que não nos tenha dito isso, quando se falou do Banco Insular.

Por outro lado, gostaria que nos explicasse por que é que, em determinado ano, esta sociedade passou a ter um administrador único que, curiosamente, era residente no Rio de Janeiro, Brasil.

Gostava que o Sr. Dr. me falasse sobre esta sociedade, qual o seu papel nela, para que é que esta sociedade servia, qual era o seu *score business*, como se diz, e qual foi a sua relação com esta sociedade.

Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Aguiar Branco): — Sr. Dr., faça favor.

O Sr. Dr. Leonel Mateus: — Quanto ao gabinete do Dr. Oliveira e Costa, nunca pertenci ao gabinete do Dr. Oliveira e Costa nem ao gabinete do Dr. Luís Caprichoso. Eu trabalhava dois pisos abaixo, em *open space*, com mais um conjunto de pessoas, e tratava da contabilidade. Nunca fui pessoa de gabinete. Quando eles precisam dos serviços, chamavam-nos lá acima e nós íamos lá e recolhíamos as indicações ou instruções.

Relativamente à sociedade Voilpart, no âmbito dos serviços de constituição de empresas nacionais, quando as empresas eram constituídas, mesmo que elas não tivessem actividade inicialmente, havia necessidade de os membros dos órgãos sociais constarem na constituição da empresa. Particpei e nunca fui remunerado nessas situações, nunca fui executivo nesses conselhos de administração e participava no conselho de administração, porque era necessária para a constituição da empresa.

Não me recordo se alguma vez fui órgão social desta empresa, sinceramente não tenho essa ideia de alguma vez ter pertencido, nesse âmbito, nem na constituição como órgão social desta empresa.

Por que é que depois aparece um senhor do Rio de Janeiro... Pedia que repetisse a pergunta, Sr. Deputado.

O Sr. João Semedo (BE): — Como é que explica ou tem alguma explicação para o facto de este conselho de administração ter sido dissolvido e a empresa, de que estamos a falar, tenha passado a ser

dirigida por um administrador único, de que posso dizer o nome, que era o Sr. Adriano Monteiro Martins, que, curiosamente, vive no Brasil.

O Sr. Dr. Leonel Mateus: — Pois, mas eu não sei explicar.

É como digo: eu não tive, em qualquer negociação de contratos, de financiamentos. O meu papel não era esse, não era a minha actividade, nem era a minha... Se fazia parte de algum órgãos social é porque tinha de compor, no mínimo, os três ou cinco administradores, na altura. E não tenho a mínima ideia de ter pertencido, alguma vez, ao conselho de administração dessa empresa e, muito menos, dessa transferência, de que fala, de 11 milhões de euros. Não faço a mínima ideia do que é isso.

Não sei se, entretanto, fez mais perguntas... se respondi...se está satisfeito com a resposta...

O Sr. Presidente (Aguiar Branco): — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. João Semedo (BE): — Obrigado, Sr. Presidente.

Então, Sr. Dr., eu vou recordar-lhe, mas, antes disso, importa-se de nos dizer para que é que servia esta sociedade Voilpart?

O Sr. Dr. Leonel Mateus: — Voilpart! Não sei, não faço a mínima ideia de que é essa sociedade.

O Sr. João Semedo (BE): — Desculpe perguntar-lhe, o Sr. Dr. chama-se Leonel Gomes Mateus?

O Sr. Dr. Leonel Mateus: — Absolutamente!

O Sr. João Semedo (BE): — Residente da Rua Movimento das Forças Armadas, Lote (...), Lazarim, Almada.

O Sr. Dr. Leonel Mateus: — Certo, certo!

O Sr. João Semedo (BE): — O Sr. Dr. foi nomeado, em 18 de Fevereiro de 2003, para o conselho de administração de uma empresa, cuja composição é: Isabel Maria de Carvalho Cardoso, Isabel Alexandra Henriques Gonçalves Ferreira, Luís Miguel Reis Almada, Ana Isabel Afonso Almada, Leonel Gomes Mateus.

Esta mesma sociedade, há uns anos passados...

O Sr. Dr. Leonel Mateus: — «Há uns anos passados», portanto estamos a falar na constituição?

O Sr. João Semedo (BE): — Sim, em 2003. «Uns anos passados» que é logo a seguir, em 12 de Março de 2004, esta administração é substituída por um administrador único, que é o tal Sr. Adriano Monteiro Martins, que reside no Rio de Janeiro.

Mas o Sr. Dr. não se lembra disto, não sabe para que era a sociedade, quer dizer, o Sr. Dr. tem de compreender que isso, para nós, é no mínimo, estranho; a não ser que o Sr. Dr. nos diga que pertenceu a mais de 200 sociedades e que, enfim, não se pode recordar delas todas...

Mas, quer dizer, eu pergunto-lhe uma em concreto, que ainda por cima tem relações com o Banco Insular, que é uma das questões centrais de todo este inquérito, e o Sr. Dr. diz que não se lembra... Enfim registamos que não, mas temos todos que reconhecer que é, no mínimo, estranho que o Sr. Dr. não se lembre disto e que tenha sido membro de administração de uma sociedade só porque, enfim...

O Sr. Presidente (Aguiar Branco): — Sr. Deputado, já lhe diria que, se fosse jurista, já estava nas alegações, quando, nesta fase, estamos ainda na fase da inquirição e o depoente responde e se quiser precisar a resposta...

O Sr. Dr. Leonel Mateus: — Gostaria de lhe perguntar o seguinte: referiu que houve uma transferência em 2004, não é?

O Sr. João Semedo (BE): — Transferência para o Banco Insular!

O Sr. Dr. Leonel Mateus: — E, nessa altura, os órgãos sociais mantinham-se?

O Sr. Presidente (Aguiar Branco): — O que o Sr. Deputado tem é a acta da constituição da sociedade, se bem percebi. E, depois, tem o movimento que é feito um tempo mais tarde.

O Sr. João Semedo (BE): — Eu queria que esclarecesse...

O Sr. Presidente (Aguiar Branco): — Não, não, quer dizer, aqui, não se vai inverter a ordem dos factores. A ordem dos factores não se inverte. Quer dizer, os Srs. Deputados perguntam e o Sr. Dr. responde àquilo que achar que pode responder com a verdade.

Portanto, aquilo que está claro é que há uma data de constituição e que o Sr. Dr. faz parte dos órgãos sociais constitutivos desta sociedade e a pergunta é se o senhor tem conhecimento dessa operação que é Abril de 2004 envolvendo os tais 11 milhões de euros.

E, se quiser precisar se fazia parte ou não dos órgãos, é o Sr. Dr. que tem de o dizer, se tem a noção ou consciência que, nessa altura, faz parte ou não. Julgo que a pergunta é esta.

O Sr. Dr. Leonel Mateus: — Eu não sei quando a sociedade foi constituída, sinceramente.

O Sr. Presidente (Aguiar Branco): — Mas isso já o Sr. Deputado disse que foi em 2003, no dia tal... Se compreendi bem a pergunta. E, depois, há uma operação financeira, alegadamente feita em 2004, no dia 1 de Abril.

O Sr. Dr. Leonel Mateus: — Mas aí já deveria ser, se calhar, um novo administrador, presumo.

O Sr. Presidente (Aguiar Branco): — O Sr. Dr. é que responde, não é?

O Sr. Dr. Leonel Mateus: — Não sei, não sei.

O Sr. Presidente (Aguiar Branco): — Portanto, a resposta é: não sabe.

O Sr. Dr. Leonel Mateus: — Não sei, não!

O Sr. Presidente (Aguiar Branco): — Não sabe o que é que se passa em 2004, nem sabe se era ou se não administrador da sociedade nessa data também?

O Sr. Dr. Leonel Mateus: — Não sei, não!

O Sr. Presidente (Aguiar Branco): — Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. João Semedo (BE): — Muito obrigado.

Era só para fazer duas perguntas concretas e não vou fazer muitos considerandos.

O Sr. Dr. foi administrador da Planfin, a Comissão já tem alguns dados sobre isto, e eu faço-lhe duas perguntas concretas: primeira, enquanto administrador da Planfin, havia alguma relação funcional – relação funcional e não de andares ou de diferenças andares e de funções, pois já nos disse quais eram – com o Dr. Luís Caprichoso e, depois, com o Dr. Oliveira e Costa? Ou seja, havia ou não alguma relação funcional entre a Planfin, da qual foi administrador, e estas duas pessoas de que falei?

A segunda pergunta, independentemente também dos andares do banco, é a seguinte: apesar das suas funções e embora só tratasse da contabilidade, pedia-lhe que, se pudesse, dissesse à Comissão se havia ou não na SLN alguém que tratava das *offshore* e das ligações com o Banco Insular, isto porque pode ter alguma utilidade e até para não haver contradições. Sabe ou não, ou, alguma vez, cuidou de saber?

O Sr. Dr. Leonel Mateus: — Bom, eu fui órgão social da Planfin, a partir de 2002, já depois da reestruturação de que falei no início em que as pessoas passaram para a direcção de serviços da SLN.

Desde essa data, até à altura em que saí, não existia nenhuma relação funcional entre a Planfin, enquanto sociedade, e alguém da administração da SLN.

Sobre a relação de alguém da SLN com o Banco Insular, não conheço ninguém que tivesse relação com o Banco Insular e tivesse relação com a SLN.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — E com a constituição de *offshore*?

O Sr. Dr. Leonel Mateus: — E com a constituição dos *offshore*.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Também não sabe?

O Sr. Dr. Leonel Mateus: — Não.

O Sr. Presidente (Aguiar Branco): — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Leonor Coutinho.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Muito obrigada, Sr. Presidente.

Falou-nos aqui que, em 2002, houve uma reestruturação e que as pessoas passaram para a direcção de serviços da SLN, que, aliás, mandava os ordenados para a SLN, ou seja, a SLN é que os pagava.

Então, pergunto: para que é que servia a existência da Planfin, quais eram as contas da Planfin, fez alguma vez a contabilidade da Planfin e quais eram as receitas e as despesas da Planfin?

O Sr. Dr. Leonel Mateus: — A partir de 2002, a Planfin, enquanto sociedade, limitou-se a processar os vencimentos das pessoas e a debitar esse mesmo custo à SLN. Tanto quanto sei, era isto. A minha intervenção na Planfin era isto.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Não lhe parece estranho a existência de uma Planfin que só serve para processar ordenados e debitar esses mesmos vencimentos à SLN? As contas não revelavam mais nada, mais nenhuma fonte de receitas nem de despesas, uma vez que penso que fazia a contabilidade da Planfin. Para já, pergunto: fazia ou não fazia?

O Sr. Dr. Leonel Mateus: — Sim, sim!

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Então, quais eram as despesas e as receitas da Planfin? Ela tinha algum prejuízo? Só tinha estas duas rúbricas?

Aliás, no universo da SLN, nós estamos habituados a muitas empresas que têm prejuízos. Eu gostaria de saber se há remuneração de capital em algumas das empresas para as quais fazia a contabilidade ou se todas elas tinham prejuízos. Em particular, gostava de lhe perguntar se, no Hotel da Costa da Caparica, tinha prejuízos em algum ano ou não, e assim como no Hotel do Caramulo.

Eu não sei se fazia a contabilidade da Plêiade, mas fazia-lhe a mesma pergunta em relação à Holding Plêiade. E ainda também em relação a outra empresa, a Sabrico, ou a alguma sociedade de investimentos no Brasil, perguntava-lhe se fez, alguma vez, a contabilidade destas empresas.

Muito obrigado.

O Sr. Dr. Leonel Mateus: — Quanto à Sabrico, nunca fiz a sua contabilidade.

A Sr.^a Leonor Coutinho (PS): — Nem de nenhuma sociedade de investimentos no Brasil?

O Sr. Dr. Leonel Mateus: — Não, não!

Quanto à remuneração do capital e de empresas com prejuízos, a única ideia que tenho, ao fim de alguns anos, é que havia sociedades com lucros e outras com prejuízos. Não sei identificar quem é que tinha prejuízos ou quem é que tinha lucros. Não sei dizer mais do que isso.

Para que é que servia a Planfin, a partir de 2002? Também não lhe sei responder, porque eu também não era dono nem accionista da Planfin.

Penso que era só isso, não é?

O Sr. Presidente (Aguiar Branco): — A Sr.^a Deputada também tinha perguntado sobre receitas e despesas da Planfin....

O Sr. Dr. Leonel Mateus: — Se tinha mais receitas? Isso foi o que lhe disse há pouco.

O Sr. Presidente (Aguiar Branco): — ... e se também a fazia a contabilidade ou não da Plêiade.

O Sr. Dr. Leonel Mateus: — Sim, fazíamos também a contabilidade da Plêiade.

E as contas da Planfin, tanto quanto me recordo a esta data, e, repare, já lá vão uns anos, são aquelas despesas normais de água e luz e as remunerações do pessoal e debitar esse custo à SLN. Mais nada, não tem mais nada.

A Sr.^a Leonor Coutinho (PS): — Não tem mais nada?

O Sr. Dr. Leonel Mateus: — Penso que não.

A Sr.^a Leonor Coutinho (PS): — E eu fiz a mesma pergunta para o Hotel da Costa de Caparica e do Hotel do Caramulo, na medida em que fez a própria gestão e se conheceu a contabilidade.

O Sr. Dr. Leonel Mateus: — Na gestão, sim, exactamente.

Se tinham prejuízo ou se tinham lucros? Acho que, nos primeiros anos, apresentaram prejuízos e, no final, já apresentavam um pequeno resultado positivo.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Quanto tempo é que lá esteve?

O Sr. Dr. Leonel Mateus: — Estive lá três anos.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Então, no terceiro ano, já deram lucro?

O Sr. Dr. Leonel Mateus: — Penso que sim.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — E está a falar nos dois?

O Sr. Dr. Leonel Mateus: — Estou a falar nos dois sim e penso que sim.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Portanto, primeiro e segundo com prejuízos e, terceiro, com lucro. É isso de que se lembra?

O Sr. Dr. Leonel Mateus: — Penso que sim, sim.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Muito obrigada.

O Sr. Presidente (Aguiar Branco): — Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. João Semedo (BE): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Como ficaram duas perguntas por responder, há pouco, já na segunda volta, eu gostava de ouvir o Sr. Dr. sobre isto.

A primeira tinha-a equacionado da seguinte maneira: admitamos, então, que havia quem ordenasse, havia quem transmitisse a ordem e havia quem executasse a ordem.

O Sr. Dr., na primeira resposta que nos deu, colocou-se no espaço do transportar e ser veículo da ordem e eu perguntei-lhe que ordens eram essas e quem lhe dava essas ordens e o Sr. Dr. não respondeu e eu pedia-lhe que respondesse.

E a segunda pergunta é esta: há pouco, disse que o Sr. Rui Fonseca era accionista com 50%, mas eu pergunto-lhe, exactamente, quem é o Sr. Rui Fonseca? Como também lhe pergunto se conhece o tal Adriano Monteiro Martins, que o substituiu no conselho de administração como administrador única da sociedade Voilpart. Quem é este Sr. Adriano Monteiro Martins, caso o Sr. Dr. o conheça?

O Sr. Dr. Leonel Mateus: — Sobre que ordens, quem as transmitia, e quem as transportava, digo-lhe que no âmbito da assessoria administrativa às empresas, de que já lhe falei há pouco da Planfin Contas, quer o conselho de administração da SLN, quer os conselhos de administração de outras empresas, participadas não financeiras, tinham necessidade de recorrer aos nossos serviços para transferências de vária

ordem, nomeadamente pagamento de facturas a fornecedores, transferências bancárias díspares inerentes à actividade da sociedade. E eram essas instruções que nós entregávamos no banco.

Não sei se respondi à sua pergunta?

O Sr. João Semedo (BE): — Entregavam a quem?

O Sr. Dr. Leonel Mateus: — Houve várias fases. Nós, por exemplo, quando estivemos na Avenida da República, entregávamos no balcão, cá em baixo, no rés-do-chão; depois, quando mudámos para a sede da Avenida António Augusto de Aguiar, o banco não tinha nenhum balcão ao público e nós tínhamos que nos socorrer e entregar à direcção de operações, que era a única entidade com acesso a fazer as transferências, ou seja, os movimentos bancários das sociedades; mais tarde, a partir da altura em que abriu um balcão na Avenida António Augusto de Aguiar, deixámos de ir ter com eles, já não fazia sentido ir ter com eles, e entregávamos essas ordens, essas instruções, os movimentos bancários dessas sociedades, no balcão que ficava na parte detrás do edifício.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr. Dr., desculpe, mas conhecia, portanto, as ordens e conhecia todas as empresas. Quer dizer, nunca lhe aconteceu confrontar-se com uma ordem de transferência de uma empresa que não lhe dissesse absolutamente nada? Eram tudo empresas que o Sr. Dr. conhecia?

O Sr. Dr. Leonel Mateus: — Sr. Deputado, não sei responder a essa questão.

O Sr. João Semedo (BE): — A pergunta é clara, a resposta é que pode não ser, mas a pergunta é muito clara.

O Sr. Dr. estava-me a dizer que fazia isso tudo; o Sr. Dr. e os seus serviços, claro e eu estou a perguntar-lhe se as empresas incluídas nessas ordens de transferências bancárias, como falou, eram sobre empresas que o Sr. Dr. conhecia, ou se, alguma vez, lhe aconteceu uma transferência entre duas empresas que o senhor não conhecesse, por exemplo. Nunca apareceu nenhuma transferência do Banco Insular? Nunca apareceu nenhuma transferência da Voilpart? Nunca apareceu nenhuma transferência de *n* outras sociedades de que o Sr. Deputado Nuno Melo e outros Srs. Deputados já lhe falaram?

O Sr. Dr. Leonel Mateus: — Sr. Deputado, a esta data, não lhe sei responder a essa pergunta.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr. Dr., e sobre o Sr. Dr. Rui Fonseca e o Sr. Adriano...

O Sr. Presidente (Aguiar Branco): — Mas, Sr. Dr., já agora, até porque entronca nisto: qual era a ordem de grandeza do número de transferências que eram feitas para se poder compreender se eram uma, duas, 1000 ou 10 000... Qual era a ordem de grandeza dessas operações que eram feitas.

O Sr. Dr. Leonel Mateus: — Podemos fazer aqui um pequeno raciocínio: nós tratávamos da parte administrativa de mais de 50 empresas talvez. Não sei precisar agora se eram 30, 40 ou 50 empresas. Se cada empresa fizesse 10 movimentos bancários por mês, vezes 12 meses, vezes o número de anos que trabalhei lá, quer dizer, estamos a falar de milhares de transferências...

Quer dizer, não sei, é uma questão a que não se consegue responder com um mínimo...

O Sr. Presidente (Aguiar Branco): — Mas a ordem de grandeza é dos milhares, das centenas ou das dezenas?

O Sr. Dr. Leonel Mateus: — Nestes anos todos, é de milhares.

O Sr. Presidente (Aguiar Branco): — Não, não é destes anos todos. A pergunta concreta que interessa para o Sr. Deputado é que, no momento em que são feitas transferências... É evidente que, no acumular de vários anos, isso pode dar outros números... Agora, supondo períodos diários ou mensais, pergunto: são da ordem das dezenas ou são na ordem dos milhares?

O Sr. Dr. Leonel Mateus: — Se calhar, são da ordem das dezenas ou centenas!

O Sr. Presidente (Aguiar Branco): — Mensais?

O Sr. Dr. Leonel Mateus: — Penso que sim.

O Sr. Presidente (Aguiar Branco): — Portanto, mensalmente, o Sr. Dr. faria transferências na ordem dos milhares. Repito, mensalmente.

O Sr. Dr. Leonel Mateus: — Sim, inerentes à gestão administrativa das empresas.

O Sr. Presidente (Aguiar Branco): — Claro! Não estou a falar da natureza, estou a dizer da quantidade que é, para nós, podermos ter uma análise da bondade do lembrar ou do não lembrar... Como diz, milhares é uma coisa, dezenas é outra, no que diz respeito ao esforço de memória.

O Sr. Dr. Leonel Mateus: — São, seguramente, centenas ou milhares de operações por mês.

O Sr. Presidente (Aguiar Branco): — Milhares por mês!

O Sr. Dr. Leonel Mateus: — Estamos a falar de uma realidade do ano 2000 e tal...

O Sr. Presidente (Aguiar Branco): — Claro, eu compreendo, mas se o Sr. Dr. só fizesse uma, de certeza que se lembrava de qual era, não é?

O Sr. Dr. Leonel Mateus: — Claro!

O Sr. João Semedo (BE): — Como a Voilpart é só uma, o Sr. Dr. não se lembra!

O Sr. Presidente (Aguiar Branco): — Claro, tem razão.

O Sr. João Semedo (BE): — Agora, pergunto: quem são o Dr. Raul Fonseca e o Sr. Adriano Martins.

O Sr. Dr. Leonel Mateus: — Quer um, quer outro, conheço-os como accionistas do Grupo da SLN.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr. Presidente, para finalizar, só uma última pergunta.

Sr. Dr., permita-me que faça esta pergunta em que, acho, todos estamos a pensar: como é que o Sr. Dr. entende, interpreta, explica o facto de o Sr. Dr. ter uma versão sobre a sua actividade tão diferente da de outras que aqui nos foram apresentadas? Como é que o Sr. Dr. explica isto? Acha que há alguma campanha negra contra si? Acha que há má vontade contra si? Acha que fomos nós que ouvimos mal? Acha que os outros estão enganados? Como é que explica isto, porque, de facto, tem que haver uma explicação, aliás, como tudo na vida, tem de haver uma explicação.

O Sr. Dr. Leonel Mateus: — Aqui não é uma questão de má vontade, mas não lhe sei responder a essa pergunta.

As afirmações não foram minhas, as pessoas não conheciam o meu trabalho, nunca lidei com eles directamente, nunca lhes expliquei o conteúdo das minhas funções.

O Sr. João Semedo (BE): — Mas o Sr. Dr., provavelmente, ouviu ou leu nos jornais o que algumas pessoas disseram sobre a sua actividade? Deve ter lido, com certeza! Ou não tinha conhecimento das declarações do Dr. António Franco? Não tinha conhecimento das declarações do Dr. Armando Pinto? Nunca ouviu nenhuma das declarações?

O Sr. Dr. Leonel Mateus: — Só ouvi do Sr. Dr. António Franco.

O Sr. João Semedo (BE): — E na sua intimidade não se questionou por que é que este senhor estaria a dizer coisas que o senhor não reconhecia como verdadeiras? Não se inquietou com isso?

O Sr. Dr. Leonel Mateus: — Eu não vou comentar as afirmações do director de operações. Não me incomodo, não tenho nada com que me incomodar. Eu sei o que fazia, já expliquei aquilo que fazia. Não tenho que me incomodar, nem tenho nada que esconder, nem tenho nada a ocultar. Nada! Já referi isso, portanto, não tenho que comentar nada das afirmações dele.

O Sr. João Semedo (BE): — Muito bem, Sr. Dr., esperemos que não tenha que comentar isso noutra sítio qualquer.

O Sr. Presidente (Aguiar Branco): — Sobre a questão do Brasil, que o Sr. Deputado colocou, se tem ou não algum conhecimento ou se conhecia o administrador único que, por acaso, residia no Brasil.

O Sr. Dr. Leonel Mateus: — Eu não sei, não tenho presente por que é que ele entrou para a administração dessa empresa de que me falou. Não sei porquê, não passou por mim essa negociação, portanto, não lhe sei responder.

O Sr. Presidente (Aguiar Branco): — Sr. Dr., julgo que mais nenhum Sr. Deputado deseja colocar mais qualquer questão, pelo que lhe agradeço os seus esclarecimentos.

Srs. Deputados, a nossa próxima audição será às 18 horas.

Eram 16 horas e 40 minutos.

Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 20 minutos.

Srs. Deputados, temos agora connosco o Sr. Dr. José Manuel Fragoso de Sousa, ex-administrador do BPN, a quem agradeço a presença, pedindo, desde já, desculpa pelo ligeiro atraso.

O nosso método de trabalho vai ser o seguinte: cada Grupo Parlamentar dispõe de 10 minutos para fazer um conjunto de perguntas,

que pedia ao Sr. Dr. que anotasse para, depois, responder a esse conjunto de perguntas, no final das mesmas.

As perguntas tendem a ser sintéticas, assim como a resposta, com certeza, esclarecendo-se tudo o que há para esclarecer, de maneira a que isso permita um bom andamento dos trabalhos. Depois, haverá uma segunda ronda, se houver necessidade de aclaração de alguma parte que tenha sido menos explícita ou de alguma nova pergunta que se levante na sequência das primeiras.

Dou, de imediato, a palavra ao Sr. Deputado Nuno Melo, porque foi o Grupo Parlamentar do CDS que requereu esta inquirição que dispõe, como sempre, de 10 minutos, que, certamente, serão muito bem geridos pelo Sr. Deputado.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Apesar do crédito, em relação à audição anterior, deverão ser menos, Sr. Presidente.

Sr. Dr., agradeço-lhe a oportunidade que nos dá e coloco-lhe algumas questões.

Sr. Presidente, não sei se haverá vantagem em que o Sr. Dr. faça aquela pequena sùmula sobre o seu currículo...

O Sr. Presidente (Aguiar Branco): — Sr. Dr., digamos que é a razão de ciência que pode ser invocada pela sua presença, dizendo quando começou a trabalhar no BPN, que funções desempenhou, sobretudo aquelas que podem ser objecto de uma informação genérico que permita, depois, fazer o enquadramento das perguntas.

Se o Sr. Dr. tivesse a bondade de o fazer, dou-lhe, de imediato a palavra.

O Sr. Dr. José Manuel Fragoso de Sousa (Ex-administrador do BPN):
— Boa tarde, Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores.

Vou tentar ser objectivo e, portanto, nesta abertura que me é dada, vou dizer, apenas, que tenho uma experiência profissional de 33 anos na banca e, no Banco Português de Negócios, como administrador, no período que mediou entre Abril de 2001 e Fevereiro de 2006, sempre e apenas como administrador com o pelouro comercial da zona sul.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Muito obrigado.

Sr. Dr., a primeira pergunta tem que ver com a data em que o Sr. Dr. deixou a administração do BPN e se, antes da saída e de deixar o cargo, porventura, escreveu alguma carta ao Dr. Oliveira e Costa dando-lhe conta de quaisquer divergências no âmbito do rumo do banco, se não do Grupo.

A ter escrito ou a ter manifestado, de alguma forma, essas divergências, pergunto-lhe quais foram e se, além dessas específicas da área comercial que refere, em algum momento, as Contas Investimento foram motivo dessas divergências.

Dentro em pouco, farei algumas perguntas relacionadas com o documento, que tenho aqui exibido muitas vezes e que foi dado a conhecer em reuniões do conselho de administração da SLN, não sei se também do BPN, mas onde já se sumariavam, pelo menos desde 2007, muitos problemas do Grupo e, de entre eles, problemas relacionados com as Contas Investimento, e onde se apresentavam, inclusivamente,

soluções imediatas e outras nem tanto, mas onde se referia, mesmo na sua segunda versão, que é de Março de 2008, o seguinte: «Situação actual: Com o fim das Contas Investimento o BPN ficará detentor, em Junho próximo, de: 270 milhões do BPN FEI. Indirectamente e pelas participações que o FEI tem de: 48 milhões no BPN Imoreal, 52 milhões no BPN Imoglobal, 51 milhões no BPN Imomarinas, 51 milhões de Real Estate. De forma directa e adicionalmente de: 137 milhões do BPN Imoreal, 55 milhões do BPN Imoglobal, 5 milhões do BPN Imomarina, 46 milhões de Clip.» E nós sabemos que este Clip é a nova designação daquilo que foi o Excellence Assets Fund.

Portanto, percebemos, neste documento, que as Contas Investimento eram um problema real do Grupo, um problema que, porventura, descapitalizava o BPN.

E eu tive oportunidade também de perguntar, aqui, ao Dr. Teófilo Carreira sobre o conhecimento ao nível de balcões do funcionamento destas Contas Investimento, até por aquilo que era garantido aos clientes e aquilo que era, depois, o pagamento feito a final com uma origem da mais-valia e do dinheiro, que não se percebia bem de onde, e que se estranhava que não fosse conhecido.

E, portanto, gostaria de saber, exactamente, a propósito destas Contas Investimento, se elas foram, alguma vez, algum problema para o Sr. Dr.

Queria perguntar-lhe também se, antes de sair do conselho de administração, se recusou a assinar contas no banco e, se se tiver recusado, por que razão é que se recusou.

Pergunto-lhe, também, se, tendo recusado assinar quaisquer contas, sem querer antecipar respostas, porque não sei se as vai dar, mas, pelo menos, para o caso de assim ter sucedido, por acaso deu conhecimento de algum dos factos, que o tenham justificado, ao Banco de Portugal e a outros membros do conselho de administração do próprio banco, sendo certo que, enfim, aí deverá ter dado, mas pergunto-lhe concretamente se deles deu conhecimento ao Banco de Portugal?

Pergunto-lhe ainda se conhece este relatório, que lhe referi há pouco – *O estado da nação* – de que, de resto, li uma parte importante relacionada com estas Contas Investimento e se o Sr. Dr., alguma vez, esteve presente em alguma reunião onde este documento tivesse sido apresentado - esta ou qualquer outra versão deste documento.

Queria perguntar-lhe também quando é que o Sr. Dr. teve conhecimento da existência do Banco Insular. E, ainda, se, durante estes anos em que o Sr. Dr. desempenhou funções ao nível do BPN, de 2001 até 2006, pelo menos até Fevereiro de 2006, o Sr. Dr. conseguiu detectar, ao nível das contas e dos diferentes movimentos, daqueles que fossem públicos, ao nível da administração, convenhamos, alguma coisa relacionada com o Banco Insular – e, lembro que, ao nível da administração, seria suposto que esses movimentos do banco fossem conhecidos.

Pergunto-lhe também se detectou, alguma vez, esta triangulação de dinheiro. É que relatório demonstra o Banco Insular como um banco constituído por 100% de depósitos BPN e nós já percebemos aqui, por vários testemunhos, como o dinheiro saía através do BPN Cayman e do BPN IFI para o Banco Insular e, daí, era utilizado para mascarar várias

situações, que justificam muito do que se passa no BPN, tais como: mascarar situações de mora, empréstimos a accionistas, empréstimos a empresas do grupo, prejuízos, enfim, isso aqui já foi explicado por vários pessoas, inclusivamente alguns operacionais, algumas pessoas que materializavam esses movimentos, mas eu gostava de saber se, ao nível de um administrador, o Sr. Dr. teria já detectado esses movimentos, se as contas, que lhe eram dadas a assinar ou, pelo menos, a conhecer, já os denunciavam e se, pelo menos, de alguma forma, mostravam aquilo que era a situação do banco.

E se, por um lado, já lhe perguntei quando é que teve conhecimento do Banco Insular, por outro, também queria perguntar-lhe quando é que teve conhecimento que o Banco Insular pertencia ao BPN ou ao Grupo SLN, se é que aqui nos pode ajudar quanto à titularidade desse banco.

Também queria perguntar-lhe se, no seu tempo de passagem pela administração do BPN, em algum momento, teve algum reporte do Banco de Portugal acerca de situações envolvendo o Banco Insular.

O Sr. Dr. era administrador no BPN, o Banco de Portugal foi tendo dúvidas, ao longo dos anos, sobre vários aspectos relacionados com o Banco Insular – aliás, estão já juntos, aos muitos volumes que esta Comissão já deve ter de documentos que lhe foram entregues, ofícios remetidos pelo Sr. Procurador-Geral da República, já em 2004, questionando o governador do Banco de Portugal sobre a ligação do Banco Insular a criminalidade de dimensão internacional –, há várias perguntas feitas, ao longo do tempo sobre situações relacionadas com o Banco Insular ao BPN, e o que lhe pergunto é se o Sr. Dr., durante esse seu tempo de passagem pela administração, teve conhecimento, pelo Banco

de Portugal, directamente ou através dos outros membros do conselho de administração, de ter sido transmitido pelo Banco de Portugal quaisquer situações envolvendo o Banco Insular ou, até, pedindo esclarecimentos acerca do Banco Insular.

Depois, gostava também de perceber como é que funcionavam os conselhos de administração do BPN.

O Sr. Dr. tinha alguma responsabilidade na área comercial e, portanto, isso significa que, mais não fosse, nessa área, teria senão liberdade de actuação, pelo menos, efectiva actuação no âmbito do banco.

Portanto, pergunto-lhe como é que o banco funcionava, porque, enfim, temos as áreas comerciais, as áreas financeiras e, depois, há um conselho de administração que decide ou, pelo menos, vai discutindo algumas questões relacionadas com o banco, e eu gostava de saber, Sr. Dr., dentro dessa experiência e neste período, como é que tudo funcionava.

Julgo que terei esgotado os meus 10 minutos, Sr. Presidente, e ficaria por aqui sem prejuízo de uma segunda ronda.

Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Aguiar Branco): — Sr. Dr., tem a palavra para responder às questões do Sr. Deputado Nuno Melo.

O Sr. Dr. José Manuel Fragoso Sousa: — Vamos tentar começar exactamente pelo princípio.

Quanto à pergunta sobre se na data em que deixou o BPN escrevi alguma carta ao Dr. Oliveira e Costa, respondo que escrevi uma carta ao Dr. Oliveira e Costa e escrevi mais do que uma carta ao Dr. Oliveira e Costa.

Perguntou-me também o Sr. Deputado Nuno Melo se as Contas Investimento foram motivo dessa divergência. Respondo que sim. As Contas Investimento e muitas outras razões que se prendiam sobretudo com o estilo de gestão do Banco Português de Negócios.

Sobre as Contas Investimento – e não sei se este momento será a altura conveniente para fazer algum desenvolvimento ou se prefere aguardar pela segunda parte da clarificação, uma vez que não estou habituado a estas Comissões e, portanto, posso cometer algum lapso de funcionamento.

O Sr. Presidente (Aguiar Branco): — Eu encarregar-me-ei de o reparar.

O Sr. Dr. José Manuel Fragoso Sousa: — Sim, senhor. Muito obrigado.

Começaria talvez pelas Contas Investimento, que tem sido um tema sobejamente comentado e falado e sobre isso direi o seguinte: quando eu entrei no BPN, em 2001, já existia este produto, chamemos-lhe assim, Contas Investimento no Banco Português de Negócios. Portanto, era algo com o qual a rede comercial já estava familiarizada e comercializava nos seus balcões. Era comercializado em todas as agências do banco.

A primeira coisa que quis, naturalmente, porque estava a entrar num banco novo, foi que me mostrassem a ficha do produto, que é aquilo que, vulgarmente, mostra e apresenta as características do produto, como o prazo, a taxa, as garantias, os produtos que estão subjacentes, a periodicidade de juros, o vencimento da aplicação, enfim, tudo o que existe em todos os bancos e para todos os produtos. Disseram-me que não existia, que isso ia ser tratado... Enfim, naquele banco quase sempre as coisas iam ser feitas, mas para amanhã.

Qual era o controlo destas Contas Investimento? Verifiquei que o controlo era de tratamento manual, isto é, um colaborador do banco da direcção de operações, julgo que através de uma simples folha de *Excel*, controlava as aplicações, a data de vencimento das aplicações para que elas estivessem nas contas dos clientes e o respectivo pagamento de juros contratados.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Quem era essa pessoa?

O Sr. Dr. José Manuel Fragoso Sousa: — Não me recordo da pessoa, mas era um funcionário administrativo dependente do Sr. António Franco e, portanto, da direcção de operações, da parte operacional do banco.

É evidente que, para alguém com o mínimo de conhecimento do que é risco operacional, eu fiquei extremamente preocupado com uma situação deste género, como deve calcular o Sr. Deputado, porque envolvia muito dinheiro de clientes, dinheiro esse que estava a ser controlado por uma pessoa, por um computador e, às vezes, como vim a detectar, com alguns erros.

Como administrador do pelouro comercial – e eu acho que tenho a obrigação de o clarificar –, o desenho do produto não me competia. O administrador comercial tem, entre outros objectivos, o de colocar a rede de vendas do banco, a rede de agências, os seus colaboradores, a produzirem negócio com base em produtos que são trabalhados, criados, inventados na retaguarda, naquilo a que nós chamamos as fábricas, como sejam a direcção de *marketing* e a direcção financeira.

Portanto, alguém criou aquele produto, que seria bom para o banco, porque estava aprovado pelo conselho de administração e era preciso comercializá-lo.

Perante esta situação, confrontei o Dr. José Oliveira e Costa com a ausência de qualidade do produto, tentando perceber o que é que estava subjacente ao produto.

Falámos neste particular, quer directamente com o Dr. José Oliveira e Costa, quer em conselho de administração, no sentido de desincentivar a continuação da comercialização deste produto, de que eu não conhecia as suas características. E o que é que me restou fazer? Restou-me desincentivar que nas agências sob minha responsabilidade, que eram as agências do Banco da zona sul, tivesse transmitido orientações aos directores comerciais para evitarem a comercialização desse produto, reduzirem-no ao mínimo, e apenas só permitia a renovação de aplicações que estavam feitas nesse produto a clientes que já tenham contratado e quieram manter esse produto no banco, sempre com a aprovação e a assinatura do Dr. José Oliveira e Costa.

Apenas existia na zona sul, da qual eu tinha responsabilidade, o controlo estatístico dessas operações, já que, frequentemente, a direcção

de operações, a quem competia esse controlo, por vezes, esquecia-se de creditar o capital na conta dos clientes, na data do vencimento, e também se esquecia de creditar os juros contratados com esses clientes.

Portanto, achei por bem, numa perspectiva de qualidade de serviço ao cliente, através de uma assessora, criar, aí sim, um quadro apenas com os vencimentos e não tinha mais que do que uma folha. Mas era um controlo em relação àquilo que era executado, numa área que tinha competência para o fazer, porque podia não a ter e nem estar nas minhas competências específicas.

Na zona Sul esta aplicação representava menos de 0,5% dos recursos totais, portanto era um produto perfeitamente marginal ou, se quisermos, totalmente marginal em relação ao negócio.

Quando, depois de muitas insistências, levei formalmente este assunto ao conselho de administração, penso que em 2005 ou 2006, lembro-me que esta conta designada Conta Investimento tinha aplicações de clientes, em números redondos, na ordem dos 500 milhões de euros na rede comercial do banco. Desses 500 milhões de euros, 475 000 euros, ou seja, 95% em números redondos, tinham sido concretizados e feitos na zona norte, zona essa da responsabilidade de um outro administrador, o Dr. António Coelho Marinho, que, tanto quanto julgo, aprovava directamente essas operações.

Portanto, a zona sul do banco, por diferença, tinha 5% de operações, algumas delas aprovadas, porque os clientes o exigiam, porque sabiam que clientes da zona norte tinham aquele produto e por que é que o mesmo banco não o realizava na zona sul.

Relativamente ao documento do BPN, da SLN, que o Sr. Deputado Nuno Melo referiu, e que julgo foi designado *O estado da nação*, ele foi produzido, segundo julgo, já sob a gestão ou do D. Abdool Vakil ou do Dr. Miguel Cadilhe e, portanto, nem participei, nem tinha que conhecer, nem me poderia ser fornecido um documento interno do banco, até por razões de sigilo absoluto. Aquilo que ouvi falar foi através da comunicação social, em momento posterior e, portanto, sobre esse documento não posso dizer absolutamente nada.

Quanto ao tema Banco Insular, apercebi-me da existência de um banco, designado por Banco Insular, não de uma só vez mas ao longo do tempo e em referências várias, avulsas. Por exemplo, o Sr. Francisco Sanches, quando ele próprio preparava as operações de crédito, nomeadamente a accionistas da Sociedade Lusa de Negócios, fazia-o directamente com os directores comerciais...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Que eram, Sr. Dr.?

O Sr. Dr. José Manuel Fragoso Sousa: — Eram os directores comerciais que dependiam directamente de mim.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Os nomes, se puder?

O Sr. Dr. José Manuel Fragoso Sousa: — Eram o Sr. Teodoro Ribeiro, o Sr. João Andrade, o Sr. José Pina, o Sr. Teófilo Carreira e o Sr. Artur Nunes.

E, nessas conversas e, eventualmente, até em algum documento escrito, mas que eu não posso precisar, apareciam referências a depósitos no Banco Insular, portanto, créditos com depósitos no Banco Insular. Pensava eu que se tratava de um banco estrangeiro, de um banco correspondente, de um banco angolano, pois havia umas relações muito estreitas, por aquilo que me apercebia, muito privilegiadas entre o Grupo e o BAI de Angola. Admiti que fosse um banco dessa esfera.

E, julgo que em 2005, perguntei, directamente, ao Dr. Oliveira e Costa, porque já tinha ouvido mais do que uma vez estas referências, o que era o Banco Insular. E o Dr. Oliveira e Costa respondeu-me, não posso transcrever exactamente, mas qualquer coisa neste estilo: «quando tiver de o informar, eu tomo a iniciativa de o fazer». E, portanto, perante um administrador, não me disse o que era o Banco Insular.

Posso, contudo, afirmar, e disso tenho a certeza, que nunca foi assunto abordado em reunião de conselho de administração e nunca foi assunto falado entre administradores do banco, pelo menos comigo, e aquilo que eu agora sei – e agora já se vão conhecendo alguns contornos da situação, através da comunicação social, e do trabalho levado a cabo por esta Comissão – leva-me a admitir que apenas um número muito restrito de pessoas ligadas ao Dr. José Oliveira e Costa teriam conhecimento da existência dessa operação.

Ainda relativamente ao Banco Insular, perguntou-me o Sr. Deputado Nuno Melo se identifiquei algum reporte, alguma referência da supervisão bancária relativamente a este banco, pedindo esclarecimentos ou outra.

Não tive conhecimento de nenhum documento emanado do Banco Central que referisse tal assunto.

Sobre como funcionavam os conselhos de administração do Banco Português de Negócios, quero dizer-lhe que é um pouco difícil caracterizar como funcionavam; talvez pudesse melhor dizer como não funcionavam os conselhos de administração do Banco Português de Negócios. Bom, eles eram marcados semanalmente e, semanalmente, cada um dos administradores fazia a sua ordem de trabalhos e fazia-a chegar à secretária do Sr. Presidente.

Havia uma ordem de trabalhos, naturalmente, as reuniões marcadas às 10 horas, por vezes, começavam às 11, ao meio-dia, à uma, às 3 da tarde, ou até no dia seguinte... Bastava que o Dr. Oliveira e Costa tivesse, no seu gabinete, algum accionista, algum empresário e estivessem a discutir assuntos muito importantes, o conselho e os administradores esperariam por uma hora mais oportuna para se realizar a reunião do conselho de administração.

Quando o conselho se realizava – e chamar aquilo conselho só formalmente o era! -, o Dr. Oliveira e Costa atendia muitos telefonemas de muitas pessoas que o contactavam, ausentava-se com frequência e, portanto, as reuniões paravam.

Depois, quando faltavam 10 minutos para o seu almoço ou para outro encontro com pessoas sempre fora da esfera bancária normal, ele dizia para nos despacharmos, porque o conselho tinha que acabar rapidamente e que apresentássemos aquilo que tínhamos a apresentar. Aquelas reuniões do conselho para ele eram um sacrifício e para todos nós, como deve calcular. Aliás, no conselho não se debatiam, infelizmente,

aquelas matérias que os conselhos de administração devem discutir como sejam a estratégia, os orçamentos, o acompanhamento do banco, os balancetes, o cumprimento dos objectivos, a definição dos produtos, a concorrência, etc. Nada disso se discutia!

Cada um dos administradores que tinha o pelouro comercial apresentava as suas operações, que já tinham sido decididas ou pelo canal normal instituído, isto é, aquele que estava regulamentado, ou aquelas operações que, entretanto, já tinham sido decididas pelo Dr. Oliveira e Costa e que o Sr. Francisco Sanches tinha dado instruções aos gerentes de conta ou aos directores para protegeram os papéis para levar a conselho e ratificar a situação.

Depois, existiam assuntos avulsos, em todos os conselhos, como assuntos sobre cartões, assuntos sobre o equipamento informático, assuntos que, eventualmente, podiam ser discutidos ao nível de administrador e director, mas que ocupava um tempo do conselho, não permitindo, assim, discutir outras matérias, porque também não havia interesse em que tal acontecesse.

Tentei, várias vezes, introduzir modificações, levar assuntos de interesse do conselho, mas, sinceramente, não tive êxito nas minhas iniciativas.

Portanto, era assim que decorriam os conselhos.

Ora, é difícil fazer uma acta de um conselho destes, um conselho completamente anárquico, sem rumo, sem uma ordem de trabalhos que se cumprisse, aos saltos, com interrupções, com conversas cruzadas, às vezes até com insultos entre as pessoas... Era difícil construir uma acta e sucede que as actas, passado meses, não me apareciam e eu interrogava o

conselho e interroguei o próprio Oliveira e Costa, pois é costume, nos conselhos de administração, as actas serem aprovadas e assinadas na sessão seguinte, mas isso não acontecia.

Então, o Dr. Oliveira e Costa insistiu com o Sr. Francisco Sanches para que ele produzisse as actas, que já apresentavam alguns meses de atraso, fazendo referências ao Banco de Portugal, tais como se o Banco de Portugal pede as actas, não tínhamos as actas. Portanto, a preocupação não era tanto as actas, pelas actas e pelo que elas constituam, mas, sim, uma preocupação de que a supervisão pudesse solicitar essas actas...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Dr., já agora, nesta parte, a supervisão pedia-as ou não?

O Sr. Dr. José Manuel Fragoso Sousa: — Já lá vou, Sr. Deputado, se não se importa.

E, passados largos meses e a muito custo, recebi um *dossier* enorme de uma quantidade de actas de reuniões do conselho de administração. Recebi por mão própria do Eng. Francisco Santos, solicitando que eu visse se faltava alguma coisa, uma vez que eu, às vezes, tomava uns apontamentos e tal...

E eu, enfim, já estávamos a largos meses das reuniões, não posso precisar mas eram largos meses em relação às próprias reuniões e, não só eu mas também outros administradores fizemos a revisão das actas e verificámos, pelo menos eu, que essas mesmas actas continham muitas coisas que não se tinham passado, que não correspondiam à verdade ou

que, se correspondiam, diziam, apenas, uma verdade parcial, não omitiam aspectos que se tinham passado.

Dei indicação ao Sr. Francisco Sanches, que era a pessoa com a incumbência de fazer as actas do conselho, de alterar, de acordo com aquilo que me era possível lembrar e que os meus apontamentos referenciavam na altura. Sei que essas actas, algumas delas foram alteradas, outras não foram, e eu tomei a decisão de, quer me viessem a ser ou não apresentadas actas, a partir de Outubro de 2003, e julgo que foi a última acta que assinei, não assinar mais nenhuma acta do conselho de administração do banco – e recordo que estive lá até Fevereiro de 2006.

Para terminar, por agora, este tema das actas, e em relação à questão colocada pelo Sr. Deputado, sobre se o Banco de Portugal perguntou pelas actas – e penso ter percebido bem a sua questão, não é assim Sr. Deputado?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sim, na medida em que o Sr. Dr. expressa a preocupação do conselho de administração, neste caso do Dr. Oliveira e Costa e do Eng. Francisco Sanches, suponho, acerca de poder ser questionado o conselho de administração sobre essas actas, portanto, como uma possibilidade real do Banco de Portugal.

O Sr. Dr. José Manuel Fragoso Sousa: — Eu vou precisar: apenas o Dr. Oliveira e Costa referiu preocupação sobre essa matéria.

Tanto quanto eu saiba, e sei muito pouco, julgo não terem sido pedidas actas pelos auditores do Banco de Portugal, porque, se o fossem,

verificariam, certamente, que elas ou não existiam ou não estavam assinadas e penso que, imediatamente, tomariam a decisão de colocar esta questão ao conselho. Estou eu a admitir... Mas, o primeiro interlocutor, por excelência, do Banco de Portugal, ao longo destes anos, para efeitos de assuntos do Banco Português de Negócios, sempre foi o Sr. Francisco Sanches.

O Sr. Francisco Sanches exercia funções de chefe de gabinete ou de assessor – enfim, nunca percebi muito bem a designação – do Sr. Dr. Oliveira e Costa e não pertencia ao conselho de administração do Banco Português de Negócios. Nunca pertenceu!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Só para precisar este aspecto, que é importante.

O Sr. Dr. refere-nos que o Banco de Portugal, para efeitos de avaliação do que se passava no BPN, relacionava-se com o Sr. Francisco Sanches, apesar de este não ser membro do conselho de administração à época. É isso que está a referir?

O Sr. Dr. José Manuel Fragoso Sousa: — Foi exactamente isso que referi, Sr. Deputado.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E o Banco de Portugal, nisso, não manifestou nunca estranheza nem...

O Sr. Presidente (Aguiar Branco): — Sr. Deputado, não pode entrar em diálogo!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Era só para precisar, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (Aguiar Branco): — Não, mas foi muito claro até, exactamente por isso. É que foi muito claro!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E já, agora, Sr. Presidente, porque não respondeu, ainda, a uma questão...

O Sr. Presidente (Aguiar Branco): — Mas ainda não acabou o depoimento!

Faça favor de continuar, Sr. Dr..

O Sr. Dr. José Manuel Fragoso Sousa: — Relativamente às contas, outro tema também bastante complicado ou bastante caricato, vou só referir-me à parte final deste tema e, depois, se o Sr. Deputado assim o desejar, poderei voltar ao princípio e informar um pouco mais, nomeadamente a relação com o Banco de Portugal, a reunião no Banco de Portugal, pois, no fundo, há um conjunto de episódios...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E sobre a contabilidade, Sr. Dr., pode adiantar-nos alguns aspectos...

O Sr. Dr. José Manuel Fragoso Sousa: — Mas vai demorar muito tempo.

O Sr. Presidente (Aguiar Branco): — E nós estamos cá para o ouvir!

O Sr. Dr. José Manuel Fragoso Sousa: — Eu tenho todo o tempo do mundo para prestar declarações, mas...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Dê-nos todas, Sr. Dr.!

O Sr. Dr. José Manuel Fragoso Sousa: — ... se forem interessantes, não é?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — É muito interessante!

O Sr. Presidente (Aguiar Branco): — Sr. Dr., o seu depoimento é livre, portanto, pode fazer as declarações que entenda que são úteis para o esclarecimento da verdade, quer tenha sido expressamente perguntado quer entenda que dá valor acrescentado àquilo que é necessário.

Portanto, pode fazê-lo e, depois, cá estaremos para poder também fazer algum esclarecimento.

O Sr. Dr. José Manuel Fragoso Sousa: — Permitia-me responder, apenas, à parte final e ir, directamente, à pergunta do Sr. Deputado Nuno Melo.

Se achar que será melhor fazer o enquadramento de como se chegou ao momento de não assinar as contas, bem, é uma história relativamente longa e não sei se têm paciência de me ouvir.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Mas seria importante!

O Sr. Dr. José Manuel Fragoso Sousa: — Vou tentar dar...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — É que, com autorização do Sr. Presidente, se se percebe que um membro do conselho de administração do banco, nessas circunstâncias, se recusou a assinar contas, certamente que a envolvente dessa decisão tem todo o interesse, e, nessa medida, se puder esclarecer, ficávamos muito gratos.

O Sr. Dr. José Manuel Fragoso Sousa: — Então, se me permite, eu vou precisar o seguinte e, depois, andaremos um pouco para trás, cronologicamente, se entenderem que é vantajoso.

Em 23 de Junho de 2006, eu já não era administrador do Banco Português de Negócios, e o Sr. Dr. José Ferreira, que é um quadro do grupo, julgo que da SLN e não do banco – não tenho a certeza e poderei estar a cometer aqui algum lapso, mas julgo que é a da SLN –, e responsável pela apresentação das contas e do consolidar do Grupo, entregou-me o relatório de 2005, ano no qual eu tinha sido administrador até ao final do mandato, já assinado por todos os administradores do banco, só faltando a assinatura do administrador José Fragoso de Sousa, pedindo-me que, com urgência, colocasse a minha assinatura no relatório, teria que ser até naquele momento, invocando a circunstância de o relatório estar a ser solicitado pelo Banco de Portugal e que o Dr. Oliveira e Costa tinha mandado recolher a minha assinatura e teriam que o ir

entregar, de imediato, ao Banco de Portugal. Volto a frisar, para que não fique nenhuma dúvida, que estávamos em 23 de Junho de 2006.

Bom, e eu não assinei o relatório, pois não tinha obtido, ao longo desse ano, resposta às muitas questões que tinha colocado e já não me sentia confortável para assinar o relatório. Como referi, no início, naquele momento, já não era administrador do banco e, julgo que não no próprio dia mas no dia seguinte, esse relatório desapareceu de cima da minha mesa – por acaso, tinha-o fotocopiado e ainda o tenho –, já assinado por todos os administradores, que fizeram parte do conselho comigo em 2005.

Sucedem que o Banco de Portugal insistia em ter o relatório. E terá sido produzido um outro relatório e substituído o meu nome no relatório de 2005, bem como o de outro administrador que, entretanto, já não pertencia ao banco e que já tinha assinado o relatório, o Dr. José Luís Pinto da Silva. E estes dois nomes foram substituídos por quem? Por dois ex-directores do banco, acabados de nomear administradores, concretamente, o Sr. António Franco e o Sr. Teófilo Carreira, que emprestaram, naturalmente, as suas assinaturas, a solicitação do presidente.

Julgo que não há nada de ilegítimo nisto, porque o relatório pode ser assinado pelo administrador que está em exercício, penso que a lei o diz que assim pode ser assinado, naturalmente recorrendo-se dos administradores anteriores para os necessários esclarecimentos, que não foram pedidos, mas julgo que isso é permitido.

De qualquer das formas, há aqui matéria curiosa de o meu nome ter sido apagado no relatório, bem como o de outro administrador, pelo

simples facto de eu não ter assinado e esse mesmo relatório ter desaparecido de cima da minha mesa. Felizmente, já o tinha fotocopiado...

Portanto, esta é a parte sucinta da resposta à minha não assinatura do relatório.

Falo, agora, sobre o tema e, então, para historiar a situação, vão-me permitir que comece pelo princípio. Enfim, não vou contar a história da minha vida, porque já tenho 56 anos e isso seria muito fastidioso, mas começo, apenas, pelo momento em que entrei no BPN.

Quando entrei no BPN, quase em simultâneo com a minha entrada, apareceu um artigo na Revista *Exame*, que era extremamente desfavorável à imagem do Banco Português de Negócios. Julgo que a capa até seria O Banco do Figo... ou qualquer coisa no género, porque o Figo, o jogador português, entrava nas campanhas publicitárias do BPN, naquela altura.

Li o artigo da *Exame* e fiquei preocupado. Falei com o Dr. Oliveira e Costa, que me tranquilizou em absoluto, dizendo que era uma campanha movida do exterior, de pessoas que invejavam o crescimento do banco, que queriam denegrir a sua imagem, etc., e que até ia entregar o assunto a um advogado, que iria processar o director da revista, ou o grupo, etc. E, depois, isso teve a sua sequência, que, provavelmente, os senhores conhecem, nos tribunais e o final que foi público.

Quase em simultâneo, diria uns dias ou uma semana depois, o banco teve a visita de uma auditoria do Banco de Portugal. E se eu tinha ficado bastante preocupado e intranquilo com as notícias da revista, quando apareceu a auditoria do Banco de Portugal, pensei: bem, se alguma coisa correu mal até aqui e está errado, o Banco de Portugal vai

detectar, vai mandar corrigir, o que está para trás fica bem e, daqui para a frente, vou ter uma vida sem preocupações de olhar para o que se fez anteriormente. Bem e se o Banco de Portugal detectasse que tudo estaria bem, tudo estaria conforme as normas e os procedimentos, melhor ainda, mais tranquilo eu ficaria.

Depois, essas visitas do Banco de Portugal passaram a ser visitas frequentes, como eu disse, passaram a acontecer de forma recorrente, sucessiva, não vos sei dizer se duas vezes por ano, se por ano uma vez, julgo que iam duas ou três vezes ou que iam, deixavam perguntas e voltavam, enfim, penso que os técnicos do Banco de Portugal estiveram quase não diria em permanência mas com frequência no Banco Português de Negócios.

Como digo e tenho referido, esses técnicos do Banco de Portugal – julgo que técnicos, eventualmente directores, pois não conheço o estatuto – eram recebidos pelo Sr. Francisco Sanches, que prestava as informações que sabia e que fazia, com as diferentes áreas do banco, digamos, o aglutinar de outras informações de outras áreas que ele não conhecia e que não conseguia dominar. Aliás, a formação do Sr. Francisco Sanches julgo que não lhe permitia também dar respostas muito técnicas sobre os assuntos, portanto ele coligia informação e entregava-a ao Banco de Portugal.

E, por vezes, relativamente a alguns *dossiers* e a algumas situações, ele próprio, volto a frisar, não sendo quadro do Banco Português de Negócios nem sendo administrador, convocava pessoas das mais diferentes áreas do banco, sobretudo das áreas de risco e das áreas comerciais, para explicarem ao Banco de Portugal determinado *dossier*,

determinada operação, determinadas garantias, etc. É curioso que ele nunca me quis incomodar com essa situação, provavelmente achava que eu não tinha os conhecimentos ou as habilitações necessárias para prestar essas informações, não sei, nunca fui convidado, nunca tive tal privilégio.

Portanto, estas auditorias continuaram ao longo do tempo, sem que eu, como administrador, soubesse daquilo que se tratava. Enfim, esporadicamente, no corredor, ouvia dizer que pediu o dossier A ou B ou C, ou eu chamava um director, que dependia de mim, e dizia-me: ele está no Banco de Portugal. E eu perguntava: como no Banco de Portugal, a fazer o quê?, ao que ele me respondia: está a falar sobre o *dossier* tal e tal... E eu pensava: bom, se o Banco de Portugal o recebe é porque entende que ele tem mais-valia sobre essa matéria.

No dia 16 de Outubro de 2003, o presidente do banco, Dr. Oliveira e Costa, convoca, apressadamente, todos os administradores do banco e julgo que, em relação aos administradores residentes no Porto, foi feita a convocação telefonicamente, sem que tenha isto completamente presente, para anunciar que iria ocorrer, muito brevemente, uma reunião no Banco de Portugal onde iríamos estar todos presentes.

Bem, tomámos conhecimento e nada mais foi dito sobre isso, aliás, ele disse: tenho aqui umas cartas do Banco de Portugal e é natural que isso possa ser abordado, e eu vou mandar fotocopiar as cartas para vos entregar. Isto passou-se no dia 16 de Outubro e, na véspera da reunião, no dia 23, ao fim da tarde, julgo que foi distribuído a todos os administradores um conjunto de fotocópias, diria um número significativo de cartas do Banco de Portugal dirigidas ao Banco Português de Negócios. Quanto a «significativo», já não consigo afirmar se seriam, porventura,

três, quatro, cinco ou seis cartas... Sei que não era uma, nem duas. Recordo-me que, enfim, estávamos no fim da tarde e, por muito curioso que fosse, não tive paciência para ler as cartas, até porque não poderia discuti-las com ninguém.

E assim, no dia 24 de Outubro de 2003, estiveram no Banco de Portugal todos os administradores do Banco Português de Negócios, com o presidente Dr. Oliveira e Costa, convocados pelo Sr. Dr. António Marta, na altura, julgo que vice-governador.

Essa reunião – e agora vou recorrer aqui a uns apontamentos meus, curiosamente ainda com papel do Banco de Portugal e o bilhete de Metro, porque, nessa altura, fomos de Metro...

Uma voz não identificada: — Era a poupança!

O Sr. Dr. José Manuel Fragoso Sousa: — Era o sentimento de poupança, mas também alguma preocupação em não aparecerem vários carros, com motorista, à porta do Banco de Portugal, julgo eu.

Portanto, esta reunião ocorreu no dia 24 de Outubro de 2003. Estiveram presentes nessa reunião o Sr. Vice-Governador, Dr. António Marta, o director da supervisão bancária, Dr. Carlos Santos, e o Dr. Silva Ferreira, que julgo tratar-se de um director também da área da supervisão bancária.

O Sr. Dr. António Marta começou por agradecer a nossa presença e por referir que estava ali por incumbência do conselho de administração do Banco de Portugal e por incumbência directa do Sr. Dr. Vítor Constâncio.

E, portanto, esta foi a primeira e a única vez que eu e julgo que os outros administradores do Banco Português de Negócios fomos chamados ao Banco de Portugal. Portanto, em 24 de Outubro de 2003, já lá vão cinco anos.

E, felizmente, tomei alguns apontamentos nessa reunião, que posso tentar decifrá-los, porque a minha letra não é muito boa, embora no dia em que a escrevo eu sei lê-la e Deus nosso Senhor também mas, no dia seguinte, só Deus nosso Senhor é que sabe. E eu, agora, vou pedir a ajuda divina para tentar decifrar algumas coisas que tenho aqui, que são apontamentos, são coisas a salto e são algumas ideias, que é isso que julgo que posso deixar aqui.

O Dr. António Marta começou por dizer que todos falamos a mesma linguagem e que desejamos que se continue a falar, porque isso é muito importante, que o sentimento que grassa no conselho do Banco de Portugal é de algum desconforto pela evolução do banco e, portanto...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Isso é em 2003?

O Sr. Dr. José Manuel Fragoso Sousa: — Em 24 de Outubro de 2003.

Portanto, o Sr. Dr. António Marta estava ali mandatado pelo conselho, conforme referiu várias vezes, e disse que era preciso pôr em prática medidas que invertessem a situação e, depois, relatou algumas situações do porquê do desconforto.

E o porquê do desconforto começou por, na altura, o Sr. Dr. António Marta referir alguns números do banco e compará-los com o sistema bancário. Estamos a falar em coisas um bocadinho áridas, que tem a ver

com rácios, que tem a ver com outras situações. Não sei se querem que eu os refira expressamente...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Se achar que é relevante, Sr. Dr..

O Sr. Dr. José Manuel Fragoso Sousa: — Pois, mas, naturalmente, também para atalhar foi referido que o crédito estava a crescer 38%, enquanto o sistema crescia 6%; o crédito imobiliário crescia 5,5 vezes; os custos com pessoal representavam 35% quando no sistema representavam 30%; os FST estavam nos 30%, quando o sistema tinha 21 %; os custos do funcionamento sobre o produto bancário representavam 72% e a banca tinha 57%; o *cash flow* tinha caído; a existência de proveitos não recorrentes com peso nos resultados; o Banco de Portugal não iria aceitar uma verba que iria abater a fundos próprios e, portanto, o rácio de solvabilidade, que seria, na altura, de 9,6, seria, por força dessa redução, reduzido para 6,3, o que implicava retirar proveitos não recorrentes que estavam no balanço; levantava-se a questão em relação ao BPN sobre o que fazer, face a este rácio, no futuro, pois quando o rácio está baixo tem que se aportar mais capitais ao balanço, que é aquilo que se passa nas empresas; que haviam sido feitas duas inspecções, nesta data, ao BPN e uma ao Banco Efisa; as leituras dos relatórios evidenciavam um crescimento muito rápido, com uma estrutura pouco aproximada da realidade – parece-me que é isso que tenho aqui escrito; o envolvimento demasiado elevado no aproveitamento de oportunidades; montantes e interesses nos negócios; o sector imobiliário e os accionistas; que isto tudo

era preciso ser repensado pelo conselho de administração do BPN num diálogo construtivo com o Banco de Portugal; e que também havia a determinação de deduzir 27 milhões de euros aos fundos próprios; securitização do crédito; a constituição de provisões para riscos gerais; e, embora se tratasse de uma reunião com os administradores do Banco Português de Negócios, referiu também que a Sociedade Lusa de Negócios tinha sido avisada, em Junho de 2002, quando se passou qualquer coisa com a Créditus, o que eu não compreendi bem, porque nunca fiz parte nem sabia o que se passava na Sociedade Lusa de Negócios.

Falou também das provisões económicas para Junho de 2003 que estariam em falta; que a Deloitte, no período de dois anos, é o segundo auditor do banco; que a análise de informação era incompleta e desactualizada; a transferência de provisões para riscos gerais... E, agora, são alguns tópicos que também já não tenho presente, digamos, o seu enquadramento.

Depois, o quinto aspecto que foi focado foi que o Grupo detém um quarto das unidades de participação de fundos de investimento geridos por entidades do Grupo...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Que unidades de participação?

O Sr. Dr. José Manuel Fragoso Sousa: — Que o Grupo detinha um quarto das unidades de participação dos fundos de investimento geridos por entidades do Grupo; elevada exposição do Banco Português de Negócios sobre o Grupo – aqui por Grupo entenda-se SLN; e, em jeito de

conclusão, o Dr. António Marta disse e aqui (sic): «gestão pouco prudente que se baseia em práticas pouco sãs» e que na sequência desta reunião, iria ser enviada uma carta ao Banco Português de Negócios.

Outros aspectos que foram referidos foi que o grupo de entidades somavam 142 milhões de euros, que, segundo percebi, devia ser deduzido aos fundos próprios e que o banco devia apresentar um plano de revalorização dos excessos no prazo de 30 dias e um plano, até Junho próximo (portanto, o Banco de Portugal concedia oito meses), para que as situações ficassem resolvidas e também para que se resolvesse a questão do rácio de capitais próprios.

Recordo-me que, nessa altura, apenas respondeu ao Sr. Vice-Governador do Banco de Portugal o presidente do banco que, entre outras coisas, afirmou: eu é que despedi a Deloitte, porque – e eu vou dizer de forma mais airosa – não eram competentes.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Disse ao Banco de Portugal?

O Sr. Dr. José Manuel Fragoso Sousa: — Sim, naquela reunião.

Penso que o Dr. Oliveira e Costa ainda pediu ao Banco de Portugal que lhe concedesse um prazo mais dilatado para resolver as questões. Não sei se o fez nessa altura, se o fez em momento posterior, mas penso que foi nessa reunião.

O Sr. Dr. António Marta disse ainda que não estava em causa nenhum membro do conselho de administração do Banco Português de Negócios, a relação com os accionistas também não está em causa e a

única questão que estava em causa – e isso tem a ver com a lei bancária – era a separação entre aquilo que é banco e as empresas não financeiras do Grupo, é o relacionamento financeiro com os Srs. Accionistas (isto dito pelo Banco de Portugal) que não estão lá para ter crédito.

Quanto à questão da Deloitte, lembro-me que o Sr. Dr. António Marta referiu que é um facto que, cada vez mais, os auditores irão ter uma influência nos bancos, irão ser necessários e irão ser imprescindíveis, *vide* aquilo que se iria passar a curto prazo e que estava anunciado – Basileia II, os IAS – e que esta mudança de auditores, em termos de imagem do banco, também não era boa.

Terá dito, ainda, que só lhe resta a KPMG, porque já tinha estado no banco a Ernst & Young, a Pricewaterhouse, a Arthur Andersen e a Deloitte. Penso que o Sr. Dr. António Marta pensava, nesta altura, nas *big five*, mas ainda havia outra que era a BDO, que não estava nas cinco primeiras, e que acabou por ser contratada como auditora do banco, directamente pelo presidente.

Foi referido ainda que se a Deloitte comunicasse ao Banco de Portugal que tinha saído do banco, o Banco de Portugal iria perguntar-lhe porquê.

Quanto aos rácios de crescimento, foi sugerido um crescimento mais devagar e não fazer operações para as quais não estivesse preparado.

Depois, na sequência dessa reunião, ou melhor, nem se fala na reunião, mas na sequência da inspecção à carteira, foi dirigida pelo Banco de Portugal uma carta ao banco no dia 27 de Outubro de 2003.

Bom, o Dr. Oliveira e Costa, nessa altura, prometeu aos administradores que iria resolver este problema do Banco de Portugal. Julgo que pediu mais tempo, que tentou falar com várias pessoas e encontrar soluções. Mas o dia-a-dia permitiu verificar que as coisas não se passavam exactamente nos termos em que o Banco de Portugal desejava e que o Dr. Oliveira e Costa tinha dito que ia resolver.

Concretamente, verificava-se, nesse período em que tinha sido aconselhado o banco a diminuir a sua posição junto dos accionistas, a concessão de mais crédito a accionistas.

Sucedeu que, face a este estado de coisas, eu, a 29 de Dezembro de 2003, apresentei ao Dr. Oliveira e Costa o meu pedido de demissão de vogal do conselho de administração do Banco Português de Negócios, em carta que lhe dirigi e onde invocava todas estas razões e mais algumas.

No início de 2004, o Dr. Oliveira e Costa mandou-me chamar, falou comigo, mais uma vez se comprometeu a mudar tudo da forma exigida pelo Banco de Portugal, justificou que aqueles créditos que tinham sido feitos já estavam comprometidos, já estavam apalavrados, não podia voltar a atrás, mas que tudo se ia resolver no curto prazo, que ia pedir mais tempo ao Banco de Portugal para resolver a situação, porque era muito complexa, solicitou-me que ficasse, que reconsiderasse, porque precisava de mudar muita coisa no banco, precisava do meu apoio, na altura, para fazer mudanças e referiu também que a minha saída seria muito mal vista pelo Banco de Portugal – e recordo-me perfeitamente desta frase. Hoje, avalio o nível de sinceridade desta frase. Nestas circunstâncias, reconsiderarei e, como os senhores têm conhecimento, acabei por ficar.

Portanto, no ano de 2004/2005, alguma coisa foi feita no banco, aconteceram algumas mudanças: alguma diminuição da responsabilidade junto de grandes accionistas do banco; a criação de um sistema mais transparente de decisão de crédito, designado por *work flow* de crédito, onde as propostas de crédito são introduzidas desde a sua origem, que são exigências bancárias, até chegarem ao escalão máximo que tem competência para deferir aquela operação ou o preço daquela operação e, portanto, um sistema informatizado; foram feitos estudos para segmentação e reorganização do banco; foram reorganizadas determinadas áreas e, portanto, havia alguns sinais, se quiserem, alguns sinais formais, exteriores, mas, na realidade, eu constatava, um pouco, como às vezes se diz, que, às vezes, é preciso mudar algo para que tudo fique na mesma.

E o dia-a-dia mostrava que, apesar de algumas inovações tecnológicas, as coisas não se alteravam.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Dr., as Contas Investimento não eram desta altura?

O Sr. Dr. José Manuel Frago de Sousa: — As Contas de Investimento existiram...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Essas eram feitas no *Excel*, as tais que não tinham controlo informático. É para tentar perceber se, apesar destas mudanças, as Contas Investimento funcionavam nessa folha de *Excel*, à margem, só controladas pelo Sr. António Franco.

O Sr. Dr. José Manuel Fragoso de Sousa: — Nessa altura, e tanto quanto julgo, até eu ter saído do banco, elas não deixaram de funcionar no sistema artesanal como vinham funcionando. Tanto quanto julgo, repito.

Perante este estado de coisas, questionei o Dr. Oliveira Costa e o conselho sobre questões que tinham a ver com procedimentos, com crédito a accionistas. Digamos que esta minha preocupação era semanal, porque, em cada reunião, tínhamos sempre situações de crédito a accionistas ou de renovação de crédito ou de crédito novo.

Também questionei a direcção de contabilidade e o administrador que tinha o pelouro da contabilidade sobre as provisões constituídas sobre crédito vencido, questionei também o Dr. Oliveira e Costa e o conselho de administração sobre as Contas Investimento e muitos outros assuntos que, agora, não me ocorrem mas que tinham a ver com a vida diária e com o funcionamento daquele que era conhecido no mercado como o Banco Português de Negócios.

Todas estas situações, naturalmente, conduziram à minha não recondução no início de 2006. De facto, para mim já era esperado, e anunciado por muitas pessoas dentro do banco, há alguns meses, que eu não iria ser reconduzido.

E, portanto, este é um relato de síntese, enfim, não de tão síntese quanto isto, mas espero que esclarecedor sobre esta matéria, ficando ao dispor do Sr. Deputado Nuno Melo, se alguma questão ficou por responder.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Ficou. Sim, mas na sequência da questão que lhe coloquei sobre se não teria assinado as contas e, eventualmente, isso teria sido comunicado ao Banco de Portugal, quero, ainda, colocar-lhe uma precisão.

Verificando nós que essa reunião aconteceu em 2003, e que, em 2003, o Banco de Portugal teria já detectado tudo aquilo que eu assinalei e escrevi, para não me esquecer, antes mesmo de a acta estar pronta, pergunto-lhe se o Banco de Portugal teve alguma actuação consequente, ou seja, o Sr. Dr., como pessoa ligada à banca há tantos anos e conhecedor dos poderes que o Banco de Portugal tem como, por exemplo, o da nomeação de administradores provisórios, o da restrição de práticas de crédito e outras medidas mais radicais, verificou, ao nível do Banco de Portugal, alguma reacção desse tipo. Parece-lhe que se justificava ou não, face àquilo que o Sr. Dr. percebeu e que o Banco de Portugal acaba por comunicar, nessa reunião, a todos os administradores, que seria necessário tomar algumas decisões desse tipo?

O Sr. Presidente (Aguiar Branco): — Sr. Dr., tem a palavra para responder a este pedido de esclarecimento e precisão para, depois, passarmos a outro Sr. Deputado.

O Sr. Dr. José Manuel Fragoso de Sousa: — Não me apercebi de nenhuma outra iniciativa da supervisão bancária, na sequência da reunião que tivemos.

Portanto, como já referi, o Banco de Portugal não teve nenhum outro contacto comigo e eu não tive nenhum outro contacto com o Banco

de Portugal depois da reunião que se realizou em 24 de Outubro de 2003, portanto, há mais de cinco anos.

Respondendo ainda mais concretamente à questão, eu não assinei as contas, não comuniquei ao Banco de Portugal que não tinha assinado as contas e não comuniquei a nenhum dos meus colegas da administração, porque eu já não fazia parte da administração, mas eles, naturalmente que souberam, porque tiveram que assinar dois relatórios e a curiosidade mandava perguntar por que é que o primeiro não tinha servido e os nomes tinham sido alterados.

O Sr. Presidente (Aguiar Branco): — Mas a pergunta do Sr. Deputado era um bocadinho mais vasta, era para saber se teria havido procedimentos do Banco de Portugal, se bem compreendi, depois de 2003, dado esse escrutínio tão rigoroso que tinha havido nessa reunião que indiciava um conhecimento bastante profundo das situações pelo menos complicadas, se houve, não concretamente com o Sr. Dr. mas em geral, se estou a interpretar bem, algum procedimento da supervisão em relação ao BPN. Isto é, se tem conhecimento e se se justificava isso, o que já é um juízo conclusivo do Sr. Dr., portanto, se sabe, se tem conhecimento, sobre se houve ou não houve esse desenvolvimento.

O Sr. Dr. José Manuel Fragoso de Sousa: — Vou responder à primeira parte, se se não importa, Sr. Deputado.

Quanto a juízos de valor, penso que eles deverão ser retirados por esta Comissão ou por outras pessoas que não estiveram directamente no processo.

Quanto à primeira parte da pergunta, a resposta é simples: não, não tive conhecimento de nenhuma medida concreta que, na sequência dessa reunião, tivesse sido aplicada ao banco.

Tive conhecimento de que muitas cartas e muitos pedidos de esclarecimento foram feitos ao banco e, volto a referir, pedidos de esclarecimento que eram recebidos pelo Dr. Oliveira e Costa, presidente, ou pelo Sr. Francisco Sanches e que, depois, as respostas eram dadas ao Banco de Portugal por esses senhores, julgo eu, ou por outras pessoas a quem competia compilar essa informação.

Aliás, recordo-me que, inicialmente, suponho que em 2001 ou 2002, existia mesmo uma área no Banco Português de Negócios que tinha por função fazer o *reporting* mensal ao Banco de Portugal, cujos responsáveis, curiosamente ou não, deixaram o Banco, tiveram outras oportunidades profissionais passado pouco tempo.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Quem eram?

O Sr. Dr. José Manuel Fragoso de Sousa: — Eram o Dr. Carlos Pinto e o Dr. Tomás Salvado, que tinham a responsabilidade técnica de, meramente, juntar as peças, que lhes eram facultadas pela contabilidade e por outras áreas do banco, e fazerem o *reporting*, ou seja, davam os esclarecimentos depois de receberem os pedidos de esclarecimento. Era isto de que me apercebia.

Portanto, o Dr. Carlos Pinto e o Dr. Tomás Salvado, que, depois, tiveram percursos profissionais, julgo que até fora da banca, eram os interlocutores, de que me lembro, no início de 2001, 2002 e,

eventualmente, 2003. Aliás, penso que só a partir dessa altura é que o processo ficou centralizado no Sr. Francisco Sanches e no Presidente do Banco.

O Sr. Presidente (Aguiar Branco): — Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr. Presidente, Sr. Dr. José Manuel Fragoso de Sousa, peço-lhe licença para, antes de formular as minhas perguntas, rectificar uma informação há pouco dei relativamente à audição anterior.

O Dr. Leonel Mateus enviou para o meu *e-mail* uma certidão da empresa Voilpart, extraída no ano de 2006, onde se indica o nome dos três membros do conselho de administração e ele não faz parte do conselho de administração.

Portanto, a informação que rectifico é que, relativamente a esta empresa (de que ele, aliás, também não se recordava), ele fez apenas parte da mesa da assembleia-geral e não do conselho de administração.

Vou entregar este documento à Comissão, e peço o favor de, depois, rectificar os apontamentos sobre esta matéria.

Sr. Dr. José Manuel Fragoso de Sousa, passo, agora, à formulação das perguntas, elas são poucas, porque a sua intervenção foi, finalmente, esclarecedora. Até sugiro que rentabilize a sua memória, porque as pessoas que cá têm vindo revelam uma completa falta de memória.

O Sr. Dr. José Manuel Fragoso de Sousa: — Já pensei em escrever um livro, Sr. Deputado.

O Sr. João Semedo (BE): — Não deve ser o único a pensar em fazer isso...

O Sr. Dr. José Manuel Fragoso de Sousa: — Estou a brincar! Estou a brincar!

O Sr. João Semedo (BE): — As minhas perguntas serão breves, vou elencá-las todas e o Sr. Dr. responderá no fim.

Num dos conselhos de administração foi seu colega o Dr. Armando Fonseca Pinto. Gostava que nos dissesse quais eram as funções do Dr. Armando Fonseca Pinto enquanto foi administrador do Banco Português de Negócios.

Falou também o Sr. Dr. que, nas reuniões do conselho de administração, com frequência, decidiam créditos a accionistas e, eventualmente, a outros clientes. Pergunto: em alguma dessas reuniões, alguma vez discutiram créditos que envolvessem o Sr. El-Assir ou o Dr. Dias Loureiro?

Também gostava de saber a sua opinião sobre o papel e a actividade desenvolvida pela sociedade Planfin, que, como sabe, creio eu, fazia contabilidade, e não só. Portanto, gostaria de saber, pela experiência que teve, qual era a actividade da sociedade Planfin.

O Sr. Eng.º Francisco Sanches, quando aqui esteve, disse-nos que tinha insistido, que durante muitos anos tinha insistido, com o Dr. Oliveira

Costa para regularizar a situação do Banco Insular. O Sr. Dr. alguma vez ouviu o Eng.º Francisco Sanches a esforçar-se para que alguém na administração ou no banco ou na SLN regularizasse a situação do Banco Insular?

Relativamente às contas de 2005, que o Sr. Dr. não assinou, gostaria de saber se teve oportunidade de verificar se havia diferenças ou não entre o relatório que lhe pediram que assinasse e aquele de que, eventualmente, já tivesse tido conhecimento. Ou seja, no fundo, o que estou a querer saber é se a sua recusa em assinar aquele relatório foi por não ter tempo para se debruçar sobre ele, para o conhecer, ou se identificou rapidamente algumas diferenças quanto àquilo que já conhecia sobre aquelas contas, e, portanto, achou que não deveria assinar.

Por último, gostaria ainda de lhe fazer duas perguntas. Primeira: quais foram as razões que levaram à substituição da Deloitte? Gostava de ouvir a sua opinião sobre isto. Segunda: na reunião em que estive com o Dr. António Marta, no ano de 2003, se não estou em erro, o Dr. António Marta, quando traçava o quadro de preocupação quanto à evolução do banco, por acaso, alguma vez invocou as preocupações, eventualmente invocadas pelo Dr. Dias Loureiro na reunião que tinha tido em 2001 com o Dr. António Marta? É que, como o Sr. Dr. sabe, presumo, há alguma controversa sobre o conteúdo desta reunião entre o Dr. António Marta e o Dr. Dias Loureiro.

Já agora, a talhe de foice, o Dr. António Marta recorreu ou não ao nome do Dr. Dias Loureiro e a eventuais preocupações que ele tenha manifestado relativamente ao rumo do BPN/SLN?

Eram estas as perguntas que eu tinha para lhe fazer.

O Sr. Presidente (Aguiar Branco): — Para responder, tem a palavra o Sr. Dr. José Manuel Fragoso de Sousa.

O Sr. Dr. José Manuel Fragoso de Sousa: — Vou tentar responder pela ordem por que foram formuladas as perguntas para ver se não fica nenhuma por responder.

Eu não percebi bem, mas a conversa relativa ao Dr. Leonel Mateus não se refere a mim, é qualquer coisa que se passou noutra reunião, o que não percebi bem e, portanto, esta já está excluída.

Agora podemos ir à sociedade Planfin, contabilidade e não só. A sociedade Planfin fazia contabilidade e não sei o que mais, mas penso que fazia contabilidade de várias empresas. Estava, e penso que ainda está, na esfera directa da acção da Sociedade Lusa de Negócios.

Portanto, a sociedade Planfin e o Banco Português de Negócios não tinham nenhuma relação. Concreta e objectivamente, posso responder, Sr. Deputado João Semedo, dizendo que eu, enquanto administrador, nunca tive nenhum contacto com a Planfin. Cumprimentava o Dr. Leonel Mateus quando nos cruzávamos no *hall* de entrada do piso da administração e quando ele ia a despacho com o Dr. Luís Caprichoso; portanto, área completamente fora da esfera do Banco Português de Negócios. Não sou competente para responder à actividade desta sociedade.

O Sr. Dr. Armando Pinto exercia funções no conselho de administração quando eu também participei e tinha, como grande pelouro, o seu principal pelouro, o pelouro jurídico, onde, se quiser o

termo, desaguava todo o crédito vencido do Grupo e que era preciso executar, entregar a advogados externos, preparar os processos para os tribunais e, ainda, fazer negociações com os clientes, se houvesse lugar a isso. Portanto, aquilo que é, digamos, característico e típico de um contencioso de qualquer banco, funções perfeitamente análogas.

Ele era director do contencioso do Banco Português de Negócios quando foi chamado à administração do Banco Português de Negócios e manteve o mesmo pelouro, não como director mas como administrador, não tendo entretanto, apesar de várias insistências de algumas pessoas, entre elas eu próprio, encontrado um substituto, porque ele é um homem que refere com frequência que trabalha 14 e 16 horas por dia... Eu disse-lhe que aquilo fazia mal, ele já não é muito novo e insistimos para que tivesse um director. Todavia, não foi possível encontrar um e, portanto, ele assumia, se quisermos, por inteiro, a função de administrador e, simultaneamente, de director, porque controlava o que se passava abaixo.

A direcção jurídica tinha a outra componente no início da operação bancária, que era a de produzir os contratos que serviam de suporte aos empréstimos que eram feitos aos clientes e dar todo o apoio jurídico, digamos, a assuntos mais vastos ou que tivessem relações com o banco ou que pudessem influenciar o andamento dos negócios. Ele, de vez em quando ou em quase sempre, levava para o conselho de administração alguns extractos de legislação que, entretanto, tinha saído e que poderia ter implicações no funcionamento do banco; portanto, era um alerta do conselho para esses aspectos.

Além desta área, também teve, julgo eu, não sei se de início ou se passado um ano, a responsabilidade pela direcção dos recursos humanos.

Não posso precisar, mas penso que também tinha esta área. E, tanto quanto me recordo, era fundamentalmente o administrador com o pelouro jurídico. Era este, digamos, o seu *core business*, falando assim.

O Dr. Manuel Dias Loureiro foi durante algum tempo administrador da SLN, como é do conhecimento público, foi, primeiro, administrador executivo e, depois, passou a administrador não executivo.

As minhas relações com o Dr. Manuel Dias Loureiro sempre se pautaram por relações pessoais muito cordiais e relações profissionais não tive nenhuma porque o Sr. Dr. Manuel Dias Loureiro era administrador da Sociedade Lusa de Negócios e eu não participava no conselho de administração da Sociedade Luso de Negócios, nunca fui membro desse conselho, e o Sr. Dr. Manuel Dias Loureiro nunca foi administrador do banco e não participava nos conselhos de administração do banco, como é perfeitamente normal.

Portanto, não tive outro contacto, directamente, com o Sr. Dr. Dias Loureiro, que não fosse aquele que resultasse da circunstância de nos conhecermos e de nos cumprimentarmos e de ele ser sempre uma pessoa muito afável, muito cordial, mas, em termos profissionais, não tínhamos pontos de encontro.

Relativamente às contas que acabei por não assinar em 2006, se bem percebi, perguntou-me se havia diferenças entre os dois relatórios.

Confesso que não tive paciência para picar conta a conta, como se diz na gíria bancária, para ver se havia diferenças, mas, Sr. Deputado João Semedo, quase lhe posso garantir que só deve ter dado tempo para mudar o nome dos administradores e o resto ficar tudo na mesma.

Não penso, sinceramente, que pudesse ter aí qualquer alteração. Mas, isto é uma mera suposição e, de facto, não lhe posso garantir que isso assim aconteceu.

Relativamente ao Sr. El-Assir, já não consigo precisar, mas sei que talvez há cinco ou seis anos, em 2002 ou 2003, não sei bem, houve uma referência, feita por um administrador, no conselho de administração do Banco Português de Negócios, relativamente a um empréstimo do Banco Zaragozano a um mutuário Gransoto e Granjilla e, tanto quanto me lembro e percebi, tratava-se de fazer um reforço de garantias para um crédito que já tinha sido concedido com hipoteca de imóveis do Sr. El-Assir.

Nessa altura, o então administrador com o pelouro jurídico, Dr. Armando Pinto, tomou o assunto em mãos porque julgo que o crédito tinha bastante significado e julgo que se meteu mesmo num avião e foi a Espanha, talvez a Madrid, fazer directamente as hipotecas e trazer as hipotecas para, depois, mostrar que tinha as hipotecas na mão e, portanto, que a operação estaria garantida com garantia hipotecária, embora não saiba se primeira, se segunda ou se terceira.

E sobre este assunto, que me recorde, não houve mais nenhuma referência em conselho, nem fora do conselho. Estarei a reportar, enfim, já com uma precisão relativa, àquilo que se passou talvez há cinco ou seis anos e que sei tinha a ver com garantias e que isso se passou.

Sobre a substituição da Deloitte, tanto quanto percebi, porque não me foi facultado o relatório da Deloitte, ainda hoje desconheço quais eram as objecções que a Deloitte fez em relação às contas do banco, mas, por aquilo de que me apercebi, na reunião havida no Banco de Portugal e

do discurso, na altura, feito pelo Dr. Oliveira e Costa, presidente do banco, prendia-se com a questão relacionada de criar as provisões, aquilo que agora se chama as imparidades, relativamente a determinado tipo de crédito. Não consigo precisar mais do que isto porque não vi o documento e lembro-me que, essa a análise do relatório da Deloitte, tal como foi referido, era baseada em dados estatísticos e em informação de base matemática e, portanto, não seria caso a caso, cliente a cliente. Julgo que seria qualquer coisa dentro deste âmbito, que, obviamente, poderá ser refutado ou não, mas não consigo ir mais longe nessa explicação, mas penso que se prendia com isso.

O Sr. Presidente (Aguiar Branco): — Acho que estão respondidas as perguntas. No entanto, pergunto se sim ou não.

O Sr. João Semedo (BE): — Falta referir-se ao Eng. Francisco Sanches, sobre se alguma vez o ouviu...

O Sr. Dr. José Manuel Fragoso de Sousa: — Ah, sim, peço desculpa.

Perguntava se alguma vez eu assisti a insistências do Sr. Francisco Sanches com o Sr. Dr. José Oliveira e Costa para regularizar o Banco Insular. A minha resposta é não.

O Sr. Presidente (Aguiar Branco): — É uma resposta curta, sintética e clara!

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Leonor Coutinho.

A Sr.^a Leonor Coutinho (PS): — Muito obrigada.

Em primeiro lugar, queria agradecer a colaboração que nos tem dado aqui, na Comissão, e talvez vá tentar precisar algumas coisas na sequência daquilo que aqui nos disse.

Em relação às Contas Investimento, falou-nos que, em 2005, penso eu, fizeram uma avaliação do total dessas contas que seria da ordem dos 500 milhões de euros, de que grande parte estaria de crédito na zona Norte do país.

Pergunto-lhe se, nessa altura, fizeram algum estudo sobre as imparidades dessas contas ou alguns problemas que pudessem advir ao banco sobre essas contas ou as coisas foram apenas faladas sem mais consequências.

Falou-nos aqui da carta de demissão que transmitiu à administração em 2003. Penso que com razões fortes, uma vez que se seguia a toda uma sequência de factos. Gostava de lhe perguntar se nos podia facultar cópia dessa carta, uma vez que me parece que ela pode ser importante para este processo e uma vez que o Banco de Portugal não lha pediu.

Gostaria também de lhe perguntar se o *private banking* dependia de si. Porque uma coisa que nos foi aqui muito falada foi o facto de que, muitas vezes, os circuitos normais do crédito, que, conforme nos referiu, foram inclusivamente normalizados, no fundo, depois daquela advertência do Banco de Portugal, e que, muitas vezes, concluía que certas operações não seriam de fazer ou o crédito não devia ser feito e que, depois, era surpreendido pelo *private banking*.

Já nos foram aqui referidas várias situações deste tipo e eu gostaria de lhe perguntar se tem conhecimento dessas situações e em que medida

tinha alguma relação ou de chefia ou conflitual ou passando à sua margem, uma vez que, conforme já aqui nos disse, os seus directores também tinham despacho a nível do conselho de administração não passando por si e, portanto, provavelmente, todas as operações não terão passado por si.

Gostaria também que esclarecesse isso, ou seja, como é possível ter aceite que os directores tivessem despacho directo para certas operações.

Em relação a algo que aqui referiu de que lhe desapareceu do seu gabinete cópia do relatório que tinha para assinar, gostaria de lhe perguntar se esse gabinete era no Banco Português de Negócios ou já tinha saído e era fora. É porque, se era fora, seria um caso de polícia... Era esta precisão que gostaria de lhe ouvir.

Gostaria também de lhe perguntar se tinha muitas vezes pedidos para haver uma certa facilidade na concessão de certos créditos e por parte de quem e também se detectou que houvesse garantias insuficientes em relação a alguns créditos, uma vez que, actualmente, se verifica, agora que temos acesso a alguns papéis, que existem muitos créditos com garantias muito insuficientes e, aliás, toda a conversa com o Banco de Portugal tem muito que ver com essa situação.

Assim como com outra situação sobre a qual também gostaria de o interrogar que tem que ver com os testas-de-ferro.

Nós já verificámos e podemos dizer que o Dr. Vasco Mascarenhas era um testa-de-ferro que escondia, no fundo, a propriedade do Banco Insular. Mas temos outras situações também de testas-de-ferro, uma vez que a gente verifica que alguns *offshore* que pensávamos que eram do Sr. El-Assir, na realidade, eram da SLN.

Portanto, ouvimos aqui falar de vários testas de ferro em relação a vários negócios, que têm que ver com o Grupo SLN, e eu gostaria de saber se detectou este tipo de actuações, quando no exercício das suas funções.

E penso que são as coisas mais importantes que teria para lhe solicitar.

Muito obrigada.

O Sr. Presidente (Aguiar Branco): — Faça favor, Sr. Dr.

O Sr. Dr. José Manuel Fragoso de Sousa: — Começando pelas Contas Investimento e a referência precisa que a Sr.^a Deputada fez ao montante aproximado que referi, no final de 2005 ou início de 2006.

O banco tinha neste produto recursos que os clientes lhe confiaram de cerca de 500 milhões de euros e, como lhe disse, 95% deles não estavam sob a minha alçada e a minha responsabilidade.

Perguntou-me também se, nessa altura, teria sido produzido algum estudo sobre a rentabilidade. Com o meu conhecimento, não. Eu saí pouco tempo depois do conselho, um ou dois meses, já não posso precisar, mas julgo que não estaria, se me permite dizê-lo, não tanto em causa a rentabilidade do produto, que também é importante, mas sobretudo conhecer-se o que estava por trás do produto. E, portanto, para determinar a rentabilidade, temos de conhecer as componentes, como a Sr.^a Deputada bem sabe. E se não se conheciam ou não era dado a conhecer quais eram as suas componentes, julgo que seria difícil alguém calcular a rentabilidade, alguém que não pudesse ser o Dr. Oliveira e Costa ou pessoa muito próxima dele.

Portanto, a minha resposta é não, não tive conhecimento que fosse feito, não tive conhecimento que fosse pedido, não tive conhecimento que fosse produzido. Recordo-me que, na altura, o Dr. Oliveira e Costa, a propósito disso, terá dito que esse produto era para descontinuar ou para acabar, já não consigo precisar as palavras, mas era em termos de encontrar um fim, de descontinuar o produto, ou qualquer coisa assim, quando eu, nessa altura, mais uma vez e por escrito, referi a minha preocupação quanto a este produto.

A carta de demissão que apresentei ao Sr. Dr. Oliveira e Costa, em Dezembro de 2003, posso facultá-la a esta Comissão, porque tenho cópia, mas permita-me apenas que precise o seguinte: essa carta não foi por mim remetida ao Banco de Portugal e o Banco de Portugal também não me pediu porque, provavelmente, não lhe chegou ao seu conhecimento essa minha iniciativa.

Eu não tinha diálogo com o Banco de Portugal e o assunto ficou, digamos, ultrapassado, em Janeiro do ano seguinte com a minha continuidade no banco.

Portanto, o Banco de Portugal não podia saber e, por isso, não me podia pedir a carta, a menos que o Dr. Oliveira e Costa tivesse dado dela conhecimento, o que não me parecia de todo razoável.

A Sr.^a Leonor Coutinho (PS): — A carta é de quando?

O Sr. Dr. José Manuel Fragoso de Sousa: — Exactamente de 29 de Dezembro de 2003.

Relativamente ao *private banking*, que tem sido um bocadinho diabolizado aos olhos de tudo e de todos, quero dizer-lhe que o *private banking* era uma estrutura que existia dentro do banco, uma estrutura real, com pessoas, com quadros, com técnicos, com directores, com um director-geral, tal como as outras redes, como as redes comerciais, que, no caso concreto, tinha dois administradores, o Dr. António Coelho Marinho, no Norte, e eu próprio, na zona Sul, e o *private banking* reportava e sempre reportou a um administrador, que era o presidente do banco.

Portanto, o administrador com o pelouro do *private banking*, foi, desde que entrei para o banco até que saí, o Sr. Dr. José Oliveira e Costa.

Portanto, à pergunta da Sr.^a Deputada Leonor Coutinho sobre se dependia de mim, respondo que nunca dependeu e, como não dependia, obviamente, não podia tomar iniciativas em relação a essa matéria. Já aquelas áreas que dependiam de mim, sabe Deus quantas pessoas é que interferiam e, portanto, em relação a outras áreas, não me passava pela cabeça tomar qualquer iniciativa.

Sobre se tenho conhecimento de operações passadas pelo *private banking*, respondo que não tenho; quer dizer, num caso ou noutro posso ter tido, mas, objectivamente, as operações eram despachadas à porta fechada e não em conselho entre o director-geral do *private banking*, que era o Dr. (cujo nome agora não me lembro, mas já o refiro, se não, depois, faço-o telefonicamente para aqui, para a Comissão) e o presidente do banco. Portanto, esse era um assunto que era despachado a dois, como muitas vezes os assuntos do banco eram despachados a dois, entre o administrador e o presidente.

Aliás, sem voltar ao tema que o Sr. Deputado Nuno Melo colocou no início sobre como funcionava o conselho, era lógico que estes assuntos, muitos deles, foram decididos em conselho, mas eram feitos numa relação um a um, presidente e administrador. Porque era mais prático, porque era preciso agilizar alguns processos e, portanto, as coisas funcionavam, no entender do presidente, melhor dessa maneira.

Portanto, em relação ao *private banking*, não.

Sobre a relação de chefia/relação conflitual, é preciso que se diga, para que todos saibam, que, em relação ao *private banking*, em 2001, quando eu entrei para o banco, o Sr. Dr. Oliveira e Costa tinha uma necessidade de um quadro de pessoal em Lisboa, um quadro que poderia ficar à frente do *private banking* em Lisboa, tal como já existia um no Norte, com o estatuto de director, dependente do director-geral que, por sua vez, reportava ao presidente do banco. E foi-me pedido se eu podia indicar nomes, porque, enfim, eu vinha há pouco tempo de outro banco, do Banco Comercial Português, conhecia muita gente, muitos quadros, sobretudo na área comercial, e achei natural esse pedido e dei a sugestão ao Dr. Oliveira e Costa de alguns nomes, inclusivamente de colegas meus que estavam no Banco Comercial Português e do meu irmão que, na altura, estava num outro banco de primeira linha.

O Dr. Oliveira e Costa e o director-geral do *private banking* acharam que o melhor currículo de que dispunham era o dessa pessoa, que é meu irmão, e, portanto, convidaram-no a entrar para o banco. E eu não tive outra influência que não fosse a de sugerir esse nome, entre vários. Os nomes que sugeri eram nomes de pessoas com experiência nessa área. O currículo de um irmão era senão o melhor provavelmente dos melhores,

porque ele estava há 13 anos a trabalhar num segmento que nós designamos de alto rendimento, as fortunas, as pessoas que têm dinheiro, em bancos de primeira linha e, portanto, o mais natural era que, com aquilo currículo, viesse a ser ele a pessoa seleccionada. Foi ele e eu achei isso natural. Mas nunca tive nenhuma relação hierárquica ou conflitual ou de conhecimento do que se passava, porque, obviamente, a segregação de funções e aquilo que se passava no *private banking* era reportado não por esta pessoa mas pelo director-geral em despachos e em conversas com o presidente do banco.

Quanto ao relatório que desapareceu do meu gabinete, devo dizer que o meu gabinete era no piso abaixo da administração, porque, enfim, baixaram-me de piso, isto é, eu estava no oitavo e, quando deixei de ser administrador, passei para o sétimo. E o relatório desapareceu. Eu não dei muito relevo, porque, enfim, muitas pessoas circulavam, eu era uma pessoa que deixava a porta do gabinete sempre aberta e alguém teve curiosidade... Mas como já o tinha fotocopiado, também não me preocupou essa circunstância e não dei conhecimento do facto a ninguém. Penso que, na altura, não terei referido isso. Lembrei-me agora, enfim, a talhe da nossa conversa.

Perguntou-me também se alguma vez recebi ou fui solicitado para dar facilidades a certos créditos. Bom, as pessoas conheciam-me e, portanto, sabiam que aquilo que não estava em conformidade com as regras e que não passava na área do risco, logicamente, eu não podia ter outra interferência, e, por isso, também, devo dizer-lhe, não senti aquilo que, vulgarmente, se chama de pressões, de influências, para realizar créditos, não senti. Talvez pela minha maneira de ser ou de estar, as

peessoas não se sentissem muito à vontade comigo e recorriam mais a outras pessoas para lhes prestarem esses auxílios, chamemos-lhe assim.

Relativamente a se detectei garantias insuficientes em relação a alguns créditos, devo dizer que sim, que, com frequência, notava garantias insuficientes, embora, do ponto de vista técnico, só se possa dizer que uma garantia é suficiente quando o crédito corre mal e se executa a garantia e se consegue com essa execução pagar o crédito e os respectivos juros de mora que existiam.

Também gostaria de referir, em abono de todos aqueles que decidiram crédito, não só no BPN mas em todos os bancos nacionais e estrangeiros, que as garantias que hoje estão constituídas relativamente a créditos que foram concedidos em anos anteriores a 2008, para não ir mais longe, estarão, porventura, todas insuficientes, porque basta apenas ler os jornais e saber o que se passou, enfim, na sequência da crise do *subprime* e as outras que, entretanto, apareceram nessa sequência e das que, infelizmente, ainda irão aparecer, com certeza.

Portanto, esta questão da insuficiência, sendo muito técnica, podia ser, em alguns casos, objectivada, e eu sentia que, em algumas operações, elas, naquele momento, careciam de ser fortalecidas com garantias reais mais fortes ou até com garantias que não tinham, porventura. E isso, na medida do possível, foram circunstâncias que referi em conselho, mas porque esses *dossiers* já haviam sido falados com o presidente do banco ou com o Sr. Sanches, que substituíra, nestes aspectos, o presidente no diálogo com os Srs. Accionistas, nomeadamente, as decisões já estavam tomadas e, portanto, a resposta era sempre: vamos tentar, na próxima vez

vai-se fazer, alguém vai falar com..., mas rigorosamente as coisas ficavam sempre na mesma.

Há aqui, porventura, um outro aspecto, que a Sr.^a Deputada referiu, a que poderia responder, que se trata da questão dos testas-de-ferro, de que não sei, em absoluto, se existiam, quantos eram, quem é que fazia esses favores. Não tive a oportunidade de detectar ninguém com esse perfil. Para mim, hoje, é relativamente claro, tanto quanto se pode dizer, que, face àquilo que tem vindo a lume na comunicação social, nomeadamente quanto a esta questão concreta do Banco Insular, isto estaria, porventura, confinado a um grupo muito reduzido de pessoas, a um grupo de pessoas muito ligadas ao presidente do banco, e, sob instruções dele ou de outras pessoas, agiam em conformidade.

Isto não era um tema que se passasse no banco, que preocupasse as pessoas do banco, que se ouvisse falar no banco, como eu há bocadinho referi, que este tema do Banco Insular não era um tema tão forte como agora está a vir ao de cima, o que me leva a concluir que isto teria que estar num núcleo muito próximo do presidente e, portanto, muito fechado, muito articulado e cujos beneficiários, enfim, caberá às investigações saber quem foram e, portanto, não consigo, mesmo que queira, com toda a minha disponibilidade a propósito disto e a partir daqui só iria entrar em especulações e, portanto, não o faço.

Sr.^a Deputada, penso que respondi.

O Sr. Presidente (Aguiar Branco): — Uma vez que estão respondidas todas as perguntas, passo a palavra ao Sr. Deputado Hugo Velosa.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Muito obrigado.

Quero agradecer-lhe todos os esclarecimentos que o Dr. Fragoso de Sousa tem prestado.

Talvez vá pôr-lhe uma série de questões um pouco diferentes das que tinha preparado, porque já foi, praticamente, tudo perguntado, por isso as questões que vou pôr resultam todas, exactamente, do depoimento do Sr. Dr. Fragoso de Sousa.

Nas notas que tinha preparado, realmente, vinha com a convicção de que o Dr. Fragoso de Sousa se tinha demitido ou que tinha renunciado ao cargo de administrador, mas, realmente, depois, no final da sua intervenção, na primeira resposta ao Deputado Nuno Melo, apercebi-me que falou em não recondução. Portanto, a primeira questão tem a ver com saber se, realmente, se tratou de uma demissão/renúncia ou de uma não recondução. E, conforme a sua resposta, depois gostaria de obter um esclarecimento complementar.

A segunda questão é para saber quem é que convidou o Dr. Fragoso de Sousa para o BPN. Agora, nesta última fase, já disse que vinha do BCP, mas gostaria de saber em que condições concretas é que foi convidado para assumir a administração do pelouro comercial da zona Sul.

Outra questão, também relacionada com a última resposta e exactamente para o confrontar com o resto do seu depoimento, tem a ver com a relação directa do Dr. Fragoso de Sousa com o Dr. Oliveira e Costa.

Apercebi-me, nesta última resposta, que o Dr. Oliveira e Costa depositava no Dr. Fragoso de Sousa, pelo menos, uma dose razoável de confiança, porque disse aqui na Comissão que, quando se tratou do *private banking*, foi exactamente ao Dr. Fragoso de Sousa que pediu que

indicasse as pessoas para o *private banking*. Portanto, a questão é saber se sim ou não, o Dr. Oliveira e Costa, mesmo até à sua saída, por demissão ou não recondução, depositou ou não confiança no Dr. Fragoso de Sousa.

Gostaria de perguntar, ainda em relação às razões de saída – isto tem a ver com a primeira resposta que deu aqui, na Comissão, ao primeiro conjunto de perguntas –, porque disse que uma das razões da saída tinha a ver com as Contas Investimento, mas, entretanto, também disse «entre outras razões». Obviamente que no seu depoimento deu a entender quais seriam as outras razões e eu gostaria que concretizasse, se possível, as razões da saída.

Também me apercebi na última resposta que, após deixar o cargo de administração, passou para outro andar, que foi uma mudança de piso – não sei se me percebi mal. E a minha pergunta é: então, continuou no BPN? E, nesse caso, até quando e em que funções?

Agora, uma segunda ordem de questões: foi administrador, apesar de tudo o que nos disse aqui, na Comissão, durante quase cinco anos. E a questão que deixo é a seguinte: quando saiu, além das questões que foram postas na reunião do Banco de Portugal e as outras que aqui foi dizendo e daquilo que discordava da forma como funcionava o BPN, havia já indícios fortes de irregularidades? Isto até porque nos disse que, a pouco e pouco, se foi apercebendo da existência do Banco Insular, pela forma como disse, aqui, na Comissão. E, portanto, pergunto se se tinha apercebido que a forma como Banco Insular funcionava em relação ao BPN era indiciadora de irregularidades ou não?

Também falou sobre os conselhos de administração, que, pelo que nos disse, eram intermitentes ou, pelo menos, tinham muitas omissões ou, pelo menos, eram muito tribulados.

As questões que deixo sobre o conselho de administração são as seguintes: achou normal esta forma como não funcionavam os conselhos de administração? É que a última acta, pelo que me apercebi que disse, assinou-a como administrador em Outubro de 2003. E, então, os conselhos de administração entre Outubro de 2003 e Fevereiro de 2006? Tinhas actas para assinar? Houve actas?

Agora, quanto à não assinatura das contas de 2005, conforme a primeira resposta que me der à questão da recondução ou renúncia/demissão, gostaria de saber se a não recondução teve a ver a com a não assinatura das contas de 2005, nas condições em que nos disse que ocorreu, e gostaria também de saber as razões concretas, se possível, da não assinatura das contas de 2005, e sobretudo sobre aquilo que me pareceu estranho, mas enfim, que é ter ficado com uma cópia do relatório e contas, que acabou por não seguir e que não assinou, mas, entretanto, outros dois administradores assinaram um outro relatório que é diferente daquele que ficou em fotocópia e, relativamente a este dois relatórios e contas de 2005, gostaria de saber quais as diferenças fundamentais entre eles.

A certa altura, disse que o Banco de Portugal tinha feito visitas frequentes, duas ou três vezes por ano, numa fase mais inicial ou, pelo menos, pareceu-me que disse numa fase mais inicial da sua administração e depois. Gostaria de saber se soube quais eram as questões.

Também disse que o Sr. Francisco Sanches tinha conhecimento de tudo e que se reportava ao Banco de Portugal, mas eu queria saber se ficava no conhecimento entre ele e os técnicos do Banco de Portugal ou se o Dr. Fragoso de Sousa tinha conhecimento das questões que os auditores e quem estava a fazer as inspeções levantavam.

Quanto à reunião de 2003 no Banco de Portugal, fez, realmente, uma descrição exaustiva do que se passou, mas, mesmo assim, deixava algumas dúvidas sobre essa reunião.

Face ao seu depoimento quanto às dúvidas que diz que levantou e até pelas dúvidas que já levantava sobre o funcionamento do BPN, não achou estranho que o conselho de administração e o presidente do conselho de administração o tenham convidado a ir ao Banco de Portugal, a essa reunião?

Em Outubro de 2003, quando houve a reunião, a situação era ou não era pior do que aquela que resultava de uma reportagem da Revista *Exame*, que disse que o pôs muito preocupado? A situação não tinha piorado? E não piorou depois até à sua não recondução ou demissão? Esta era outra questão que deixava.

Disse na Comissão que nessa reunião do Banco de Portugal, o Dr. Oliveira e Costa só respondeu com a questão da Deloitte, tendo tratado muito mal a Deloitte, tanto quanto nos apercebemos. E pergunto-lhe: nada mais disse? Só falou da Deloitte, ao responder em nome do BPN?

Há, contudo, uma questão mais que gostaria de deixar, que é a seguinte: face ao que se passou até aí, como a reportagem da Revista *Exame*, os indícios internos, essa reunião do Banco de Portugal, perante tantas dúvidas, pura e simplesmente, deixou de acompanhar a situação do

BPN nas situações que eram mais graves e que hoje são conhecidas, admitindo-se, mesmo pelo Banco de Portugal, que, na altura, não eram, mas que, como estava lá dentro, poderia conhecê-las, ou deixou de acompanhar? Até porque falou numa carta que tinha enviado, logo a seguir à reunião do Banco de Portugal e por isso aquilo que pretendia saber era, realmente, que tipo de acompanhamento é que fez daí até Fevereiro de 2006.

E, face a uma reunião que correu dessa forma, não achou estranho que o Banco de Portugal não tivesse tido outro tipo de actuação, a partir de Outubro de 2003, nomeadamente face aos dados que já se levantavam nessa reunião de Outubro de 2003? Pelo menos, enquanto foi administrador, não estranhou que o Banco de Portugal não tivesse tido outro tipo de actuações que, aliás, estão previstas na lei e que não foram utilizadas?

Como última, colocolhe a seguinte questão: após a demissão, que apresentou nessa carta de 29 de Dezembro de 2003, e repito, o Sr. Dr. Fragoso de Sousa ficou mais dois anos, pelo menos, na administração do BPN e, nesses anos, como, aliás, aqui disse, continuou a ter enormes dúvidas sobre uma série de questões que se punham no funcionamento do BPN, eu queria saber se entre essas dúvidas, estavam já as questões do Banco Insular e das *offshore* que eram utilizadas e patrocinadas no universo SLN/BPN.

O Sr. Presidente (Aguiar Branco): — Para responder, tem a palavra, Sr. Dr.

O Sr. Dr. José Manuel Fragoso de Sousa: — Vou tentar responder a todas as questões colocadas, começando por dizer quem me convidou para o Banco Português de Negócios.

A abordagem sobre a possibilidade de integrar o Banco Português de Negócios foi feita pelo Sr. João Abrantes, num contacto pessoal que comigo estabeleceu. O Sr. João Abrantes tinha trabalhado comigo, sob as minhas ordens, sob a minha coordenação, noutra banco, estava no Banco Português de Negócios, tinha uma relação familiar com o Sr. Dr. Oliveira e Costa e abordou-me no sentido de saber acerca da minha disponibilidade para integrar a área comercial do banco que, no dizer dele, precisava de alguém com as minhas características e com a minha experiência para essa área.

Pensei no assunto durante algum tempo e, depois, dei-lhe a resposta de que estaria disposto a ouvir concretamente qual era a função e qual era, digamos, o desafio e o projecto e falei com o Dr. Oliveira e Costa que, formalmente, me convidou para integrar os quadros do banco.

Quanto à questão da minha renúncia ou não recondução, eu referi e volto a frisar que eu não fui reconduzido no conselho de administração do banco. Portanto, o mandato terminava naquele ano e, como é normal, havia uma assembleia-geral e o Dr. Oliveira e Costa deu-me nota que não seria reconduzido no conselho de administração, como, aliás, também já referi aqui que já era voz comum, isto é, algumas pessoas perguntavam-me, preocupadas, se eu seria reconduzido e eu dizia: acho que não, mas...

As razões de saída foram aquelas que o Dr. Oliveira e Costa entendeu e é a ele que tem que perguntar por que é que entendeu não me reconduzir. A isto eu não posso responder.

Quanto, outra vez, ao relatório e contas de 2005 e à sua assinatura e se havia diferença entre relatórios, eu julgo que já respondi, provavelmente o Sr. Deputado estaria ausente, mas volto a dizer que não tive oportunidade de verificar todos os números entre os dois relatórios, mas objectivamente aquilo que apareceu modificado foi uma das folhas, julgo que a segunda ou terceira, onde constavam os nomes dos administradores que estiveram em exercício em 2005, e nos quais eu me incluía, que estava assinado por todos os administradores, excepto por mim, e no outro relatório, presumo eu, com as mesmas contas, trazia essa página substituída, tendo sido retirados dois nomes: o meu e o do Sr. Dr. José Luís Pinto da Silva, que, entretanto, também tinha deixado o conselho de administração, não sei se por renúncia, se por demissão, se por qualquer outro motivo.

E esses dois nomes foram substituídos por outros dois, que também já referi nesta Comissão, que foram os Srs. Teófilo Carreira e António Franco. Aliás, o Dr. Oliveira e Costa, quando me disse que não me ia reconduzir, disse-me mesmo: ... e vou substituí-lo por pessoas que não me levantem problemas como você e muito mais baratos. Bem, às vezes o barato sai caro!... – foi a única coisa que lhe disse.

Para surpresa minha, foram promovidos os dois directores do banco a administradores, portanto estes dois senhores subiram no escalão hierárquico e de responsabilidade. E é a única coisa que sobre isto, posso, dizer.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Permite-me um esclarecimento, Sr. Presidente?

Portanto, já percebemos essa mudança, mas, como depois mudou de funções, eu perguntei-lhe: para que funções e até quando?

O Sr. Dr. José Manuel Fragoso de Sousa: — Já ia responder.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Peço desculpa, então fui eu que me adiantei.

O Sr. Dr. José Manuel Fragoso de Sousa: — Não, não, faça o favor porque ainda tenho aqui muitas questões para dar sequência.

Portanto, depois, fui para outras funções. Convém também deixar claro que eu sempre fui um quadro bancário e, portanto, tinha um estatuto de director, aliás, como director, no último banco, até pertencia à alta direcção e, portanto, saí desse banco com esse estatuto e ficou contratado com o BPN que, caso eu não fosse eleito em assembleia-geral para o novo mandato de administrador, regressaria às minhas funções de director bancário, neste caso, no banco que me tinha admitido como tal, que era o BPN.

Portanto, tratou-se aqui de uma transição: o administrador é alguém que é da confiança dos accionistas e é eleito em assembleia-geral, eu não fui reconduzido, baixei de piso e passei a ser director. Entenda-se que «baixei de piso», porque aquele era o piso da administração e não porque que tivesse havido menos atenção em relação ao facto.

Na altura, o Dr. Oliveira e Costa disse-me que me iria dar funções em empresas participadas, disse-me que até iria participar num conselho de administração de uma empresa ligada às energias renováveis na qual o

banco tinha uma participação também entre as centenas de participações que tinha e que também iria ser nomeado administrador de uma empresa que tinha um projecto imobiliário, mais concretamente, um terreno.

Relativamente à primeira situação, e apesar de ter estado quase um ano nesta posição incómoda de não fazer nada, nunca cheguei a ser nomeado, com algumas justificações como a necessidade de fazer alterações, naquele conselho não era oportuno, etc., enfim, já não sei precisar muito bem, mas era assim que se passava.

Relativamente à outra empresa imobiliária, chamada Turifenus, fui nomeado administrador e, embora não saiba agora aqui precisar, foi talvez passado um mês, em Março ou Abril desse ano.

Essa empresa só tinha um terreno e não tinha actividade. E estive numa única reunião com uma pessoa dessa empresa, que julgo que era administrador, e com o arquitecto que estava a desenvolver o projecto, que me esteve a mostrar o projecto, as plantas e aquilo tudo, que não é propriamente a minha especialidade e não tive grande contributo e ficou por aí, digamos, a minha colaboração nessa empresa, da qual, diga-se, também não assinei contas, nem sei quem assinou. E, quando me vim embora do Grupo, formalmente, pedi a renúncia ao cargo. E mais nada.

A Sr.^a Leonor Coutinho (PS): — Isso foi quando?

O Sr. Dr. José Manuel Fragoso de Sousa: — Quanto à saída do Grupo posso dizer-lhe, exactamente, que, como director, estive entre Fevereiro/Março de 2006 e o primeiro trimestre de 2007, e talvez aí em Março ou Abril tenha deixado definitivamente o Grupo.

Quanto à questão sobre se o Sr. Dr. Oliveira e Costa na reunião do Banco de Portugal só respondeu perante a questão da Deloitte, quero dizer-lhe que ele deu outras respostas. Eu não tomei apontamentos, mas deu outras respostas relativamente a sentimentos, digamos, de criar um banco português, de ter um banco português forte, sentimentos de nacionalidade, enfim, que ele defendia muito nos seus discursos, de portugalidade, terá falado também a propósito de outros temas ou dialogado com o Dr. António Marta, mas não tomei apontamentos, sendo que sei que esse tema da portugalidade também foi abordado.

Sobre se depois da reunião do Banco de Portugal não achei estranho que o Banco de Portugal não tivesse tomado algumas iniciativas, penso que seria esse o sentido da pergunta do Sr. Deputado, digamos que eu não sabia o que se estava a passar, mais concretamente, no diálogo entre o presidente do banco e o Banco de Portugal.

Admitia, porventura, que algumas questões fossem sendo resolvidas, que outras fossem sendo proteladas, com conhecimento ou com a anuência do Banco de Portugal, mas, formalmente, de nada me era dado conhecimento. Aliás, a correspondência do Banco de Portugal não era distribuída ou, se era, seria pontualmente, num caso ou outro, em relação aos administradores e, portanto, não tínhamos acesso a essa informação, embora, naturalmente, todos muito preocupados com a situação, mas nada podíamos fazer, porque a forma de funcionamento do banco era esta. Não sei o que lhe poderei dizer mais relativamente a isto.

Outra questão era sobre as questões entre o Sr. Francisco Sanches e os auditores. Penso que já respondi a isto. No fundo, ele era o pólo aglutinador e o elemento, diria, de referência do Banco de Portugal para

as respostas, portanto, ficava, naturalmente, entre eles essa conversa, digamos.

Depois, quanto às actas e sobre se achei normal depois de 2003 não haver actas, sinceramente as coisas que se passavam no BPN achava-as todas muito pouco normais e, portanto, esta era mais uma que eu achava pouco normal, porque, enfim, qualquer conselho de administração – e os Srs. Deputados sabem isso tão bem ou melhor do que eu – tem obrigação perante a lei, tem que apresentar as actas das reuniões e aprová-las nas reuniões seguintes e etc. Portanto, isso não se passava e, como não se passava, havia insistências.

Em determinada altura, por indicação do Dr. Oliveira e Costa, em conselho, ficou, digamos, a intenção de que teríamos de ter as actas porque alguém as podia pedir e dessa intenção surgiu uma incumbência, recordo-me que foi feita ao Sr. Dr. Armando Pinto, para ser ele a fazer as actas e a centralizar a informação que era veiculada pelos administradores. E eu assim fiz. Não sei se fiz sempre, se fiz durante algum tempo, mas, assim que terminavam as reuniões do conselho, dava a minuta da acta dos pontos que eu tinha apresentado, como o faziam cada elemento do conselho que dava os seus pontos para a acta.

No meu caso, praticamente, eram os anexos com os nomes das operações de crédito, que eu levava e que constavam do próprio sistema informático do banco e isso era remetido ao Dr. Armando Pinto que, depois, tinha a incumbência de apresentar as actas.

Julgo que nunca foram apresentadas actas ou, se foram, não me foram apresentadas a mim. Não sei se o Dr. Armando Pinto também recebeu informação de todos os administradores ou se não recebeu.

Confesso que, a partir de Outubro de 2003, se existe actas não estão assinada por mim.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Se me permite, a interrupção, era só para um esclarecimento complementar, que é o seguinte: não se recorda se existiam actas, mas existiam reuniões do conselho de administração? Continuaram nos mesmos termos atribulados, como nos afirmou aqui, a partir dessa fase? Quer dizer, nessa fase até à sua saída, ou seja, estamos a falar de um período, apesar de tudo, de mais de dois anos. Ou seja, se houve reuniões do conselho de administração.

O Sr. Dr. José Manuel Fragoso de Sousa: — Se me permite, eu vou tentar ser mais preciso em relação a este ponto.

Não me recordo se existiram actas, o que afirmo é que não me foram presentes actas para eu assinar e aquelas que me foram presentes, depois de Outubro de 2003, que ainda foram presentes pelo Sr. Francisco Sanches, e eu, a partir dessa ainda, não me lembro de ter assinado actas.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Mas houve reuniões, não havia era actas!

O Sr. Dr. José Manuel Fragoso de Sousa: — As reuniões continuaram a desenrolar-se todas as semanas. Chamemos-lhe reuniões do conselho, mas, enfim, continuaram com a mesma periodicidade, só que não eram produzidas actas ou, se eram, não me eram entregues para assinar.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Ainda sobre as razões da não assinatura das contas, que, sinceramente, acho isso um aspecto fundamental, pergunto: é porque as contas continham coisas com as quais o Dr. não concordava ou eram outras razões? Quer dizer, quando não se assinam umas contas, tem que haver uma, duas ou várias razões.

O Sr. Dr. José Manuel Fragoso de Sousa: — Eu já referi que uma das razões era o sucessivo adiamento da regularização das Contas Investimento que eu, formal e informalmente, pessoalmente, com o Dr. Oliveira e Costa e em conselho, referi várias vezes e coloquei a situação até por escrito e, portanto, não foi só verbal. E, portanto, isso causava-me grande desconforto.

Outra situação, de que me recordo: pedi informação sobre provisões constituídas sobre créditos vencidos – julgo já o ter referido aqui nesta Comissão –, informação essa solicitada à direcção de contabilidade, depois ao administrador que, supostamente, tinha a contabilidade, que me respondeu que não era ele e que era outro e, depois, ainda pedi ao outro e a resposta não surgiu... Portanto, aquele que eu pensava que tinha a contabilidade era o Dr. Coelho Marinho, que parece que já não era e o outro era o Eng. Oliveira e Costa, filho do presidente de então, entenda-se.

Portanto, eu não estava confortável relativamente a estes dois aspectos, como também não estava em relação a outras matérias que tinham a ver com o estilo de gestão que eu, ao longo dos tempos, fui alertando e pedindo que se modificasse, sem ter qualquer êxito nestas minhas iniciativas.

O Sr. Presidente (Aguiar Branco): — O Sr. Deputado Nuno Melo tinha também uma pergunta e eu pedia-lhe que fosse breve.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — São três perguntas e serei brevíssimo.

O Sr. Presidente (Aguiar Branco): — E o Sr. Deputado João Semedo também, mas eu pedia, até porque as condições da sala são um bocadinho más, de abafamento, e o Sr. Dr. também está aqui a falar há muito tempo e, portanto, sem perda do esclarecimento, pedia que fosse o mais sintético possível agora nesta ronda final.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Vou ser, Sr. Presidente.

Sr. Dr., só uma curiosidade: gostava de saber quem era esse arquitecto com quem reuniu nessa sociedade de que foi nomeado administrador e onde se situava o terreno. Só por curiosidade, não vá ter que ver com outra situação de um outro arquitecto que, aqui, também já perpassou por uma outra audição e, enfim, seria muita coincidência, mas nunca se sabe.

A segunda pergunta é a propósito das Contas Investimento. Tanto quanto aqui já foi explicado pelo Sr. Dr. Teófilo Carreira, a quem, aliás, questionei mas ele não soube explicar ou, pelo menos, não soube precisar, e, portanto, queria ver se hoje teria melhor sorte, as Contas Investimento seriam contratadas com os clientes do banco como uma espécie de um depósito a prazo, sendo que o banco até emitiria uma

promissória, só que, depois, eram transformadas num outro produto e havia ali uma diferente taxa, ou seja, aquela que era paga não correspondia com a aquela do produto em que era transformada essa Conta Investimento. E essa diferença, pelo que julgo saber, seria suportada por dinheiro que viria, precisamente, do Banco Insular. E, enfim, gostava de saber se o Sr. Dr. tem sobre isso alguma precisão que possa dar à Comissão.

E a terceira pergunta, e última, tem que ver, mais uma vez, com o Banco de Portugal para saber se não seria normal – enfim, o Sr. Dr. está ligado à banca e eu gostaria de perceber porque, enfim, nunca fui membro de um conselho de administração de um banco, propriamente – que, perante a recusa de um administrador com as competências tão importantes como as que o Sr. Dr. teve, desde 2002 a 2006, não assinando actas deste 2003 e recusando-se a assinar as contas do banco, se não seria normal, pergunto eu, que o Banco supervisor questionasse este administrador sobre as razões dessa recusa, mais ainda tendo em conta as circunstâncias que já conhecia do banco, desde, pelo menos, 2003, ou seja, não se trata da circunstância de um administrador não assinar contas de um banco em circunstâncias regulares, trata-se do não questionar um administrador sobre a recusa de assinar contas relativamente a um banco sobre o qual, em 2003, já tinha relatado extensíssimas e graves irregularidades e, portanto, se não seria de supor que o Banco de Portugal o tivesse questionado, sem que lhe vá perguntar uma vez mais se questionou ou não porque isso já percebemos que não.

E eram estas as questões que deixo, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (Aguiar Branco): — Faça favor de responder, Sr. Dr.

O Sr. Dr. José Manuel Fragoso de Sousa: — Respondo individualmente a cada...

O Sr. Presidente (Aguiar Branco): — Acho que talvez seja melhor ir tentando responder, sendo que eu pedia que não houvesse mais diálogo, dado o adiantado da hora.

Faça favor Sr. Dr.

O Sr. Dr. José Manuel Fragoso de Sousa: — Tentando precisar, direi que esta reunião foi a reunião da empresa Turifenus com um administrador da empresa, cujo nome não me recordo, mas, enfim, posso saber, e foi com o Arquitecto Manuel Salgado, que é um arquitecto muito conhecido de Lisboa.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sim, sim. E onde se situava o terreno?

O Sr. Dr. José Manuel Fragoso de Sousa: — O terreno situava-se no Parque das Nações, mais ou menos, para quem conhece a localização, perto do Aki, portanto, naquela zona central onde há camionagem e onde há mais não sei quê... Esse terreno pertencia, supostamente, à empresa Turifenus e não sei rigorosamente mais nada sobre isso.

Sobre Contas Investimentos, taxas e diferenças que, eventualmente, seriam suportadas pelo Banco Insular, tanto quanto sei e confesso que

não consegui chegar ao fundo desta questão, apesar, como foi referido, de, nestes anos, não conseguir detectar o que estava por detrás deste produto, nem nunca ter saído uma ficha do produto, aquilo que se passava era que as agências negociavam com determinado tipo de clientes este produto e solicitavam hierarquicamente uma taxa melhor para o cliente, isto é, superior a um tradicional depósito a prazo, por razões do montante, por razões de fidelização, com argumentos comerciais que cada um entendia justificar.

Tenho pouca experiência nesta matéria, como lhe disse, porque menos de 5% dos recursos que tinha na zona tinham estas operações e, portanto, julgo que, no total de contas, não devia exceder as 20 ou 30 contas.

Em seguida, e por aquilo que eu percebia, era comunicada ao cliente, através da agência, que aquela taxa podia ser atribuída à operação. Vamos imaginar, só para concretizar, um depósito a prazo em que o banco pagava 3% e naquele produto o banco oferecia ao cliente 4%, porque o montante era significativo, porque importava cativar ou por outras razões quaisquer, que desconheço, oferecia e alguém autorizava essa taxa.

Aquilo que eu disse, nesta Comissão, foi que, no Sul, essas taxas foram sempre autorizadas pelo Sr. Dr. Oliveira e Costa, presidente do banco e, no Norte, não sei exactamente como é que se passava, mas, pela quantidade de operações, quase que seria inimaginável que tivessem a mesma assinatura, mas não vos posso adiantar mais nada.

Agora, o que está por detrás do produto? Bem, há produtos na banca que são compostos por produtos variados que dão taxas em função

dos rendimentos esperados e, portanto, desse *merging* é possível gerar uma taxa superior, portanto, uma taxa de rentabilidade desses capitais para o banco e partilhar esse benefício, fazendo-o passar para alguma coisa para o cliente.

Vamos imaginar que dentro desse produto existiam unidades de participação e existiam outros produtos cuja rentabilidade esperada podia ser de 5%. Naturalmente, não seria um grave erro de gestão aceitar aplicações de clientes e pagar 4%, porque ainda ficava uma margem de intermediação no banco de 1%. Havia uma contribuição positiva para a margem. Mais do que isto, não sei dizer.

Sobre se achei estranho o Banco de Portugal não me ter questionado por não ter assinado as contas de 2005, Sr. Deputado é talvez um juízo de valor, porque não sei que elementos o Banco de Portugal teria e que eu não conhecia. Sei, por exemplo, que entre a minha saída e o início do século, portanto, em seis anos, saíram oito administradores do Banco Português de Negócios e não sei se, relativamente a algum deles foi colocada alguma questão pelo Banco de Portugal pela sua saída. E se não foi, por que é que havia de ser em relação a mim?

Penso que respondi à questão.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Mais ou menos!

O Sr. Presidente (Aguiar Branco): — O Sr. Deputado João Semedo dá uma ajuda, se for preciso, para ser mais do que menos.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. João Semedo (BE): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

A nossa colaboração não chega a tanto!

O Sr. Presidente (Aguiar Branco): — Mas parece, parece!

O Sr. João Semedo (BE): — As aparências iludem, não é!?

Risos.

Sr. Dr., são apenas três perguntas que prometo não transformar em cinco.

A primeira é para repetir uma pergunta, que lhe fiz há pouco, a que o Sr. Dr. não respondeu, e que é a seguinte: durante a reunião com o Dr. António Marta, não houve, eventualmente, nenhuma referência às preocupações que, eventualmente, o Dr. Dias Loureiro tenha manifestado ao Dr. António Marta sobre os problemas do BPN?

A segunda questão, que lhe quero colocar, é a seguinte: o Dr. Meira Fernandes, quando esteve aqui, disse que as pessoas recebiam os salários mensalmente, uma parte, legalmente, e, outra parte, em numerário, moeda viva, e, todos os meses, quem recebia por fora ia buscar o dinheiro.

Bom, nós detectámos algumas pessoas que tinham feito levantamento em numerário, falámos com quatro trabalhadores do banco que disseram todos a quem tinham dado esse dinheiro, a que pessoas específicas, a que administradores do BPN, sublinhando que se tratava essencialmente de administradores do BPN.

Portanto, a minha pergunta visa saber se o Sr. Dr. teve conhecimento, alguma vez, deste tipo de levantamentos e deste tipo de remunerações, agora, não é extra balanço, mas extra qualquer outra coisa, enfim, extra conta. Não sei como hei-de designar isto...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Remunerações não consolidadas!

O Sr. João Semedo (BE): — Exactamente, remunerações não consolidadas! Ou, melhor dizendo, só consolidadas na carteira do próprio!

E a terceira e última pergunta, e para terminar Sr. Presidente, é a seguinte: face à sua experiência na actividade bancária, como é que classificaria a atitude do Banco de Portugal, enquanto supervisor e responsável pela regulação dos mercados financeiros, no que diz respeito ao Banco BPN, ao fim destes anos todos e olhando já com algum distanciamento sobre isto.

Portanto, como é que o Sr. Dr. classificaria a atitude do supervisor?

O Sr. Presidente (Aguiar Branco): — Tem a palavra para responder, Sr. Dr..

O Sr. Dr. José Manuel Fragoso de Sousa: — Vou começar exactamente por aquilo que é mais simples de responder que é sobre as afirmações do Sr. Dr. Meira Fernandes, quanto a uma parte legalmente e outra em numerário e não sei quê... Bem, a minha resposta é clara e é simples e é inequívoca: não, não recebi e não ouvi falar...

O Sr. João Semedo (BE): — Não era relativamente a si...

O Sr. Dr. José Manuel Fragoso de Sousa: — Mas como falaram em administradores, eu acrescento: não, não recebi, nem ouvi falar.

Quanto à segunda questão...

O Sr. João Semedo (BE): — Sr. Dr., desculpe interrompê-lo.

O Sr. Dr. José Manuel Fragoso de Sousa: — Faz favor.

O Sr. João Semedo (BE): — Eu queria deixar claro que não me estava a referir a si.

O Sr. Dr. José Manuel Fragoso de Sousa: — Eu percebi, mas como houve uma referência a administradores ou alguém disse administradores receberiam...

O Sr. João Semedo (BE): — Até porque se me quisesse referir, faria isso de forma muito explícita e sem qualquer hesitação, mas, no caso concreto, quero deixar claro que não me referia ao Sr. Dr..

O Sr. Dr. José Manuel Fragoso de Sousa: — Mas eu aproveitei, porque fica já claro.

Na segunda questão perguntou se na reunião havida no Banco de Portugal com o Sr. Vice-Governador Dr. António Marta, houve alguma

referência ao Sr. Dr. Manuel Dias Loureiro. A minha resposta é: não houve qualquer referência nessa reunião ao Sr. Dr. Manuel Dias Loureiro, nem sobre alguma conversa havida, ou, sequer, sobre este nome.

A terceira questão era sobre como é que eu classificaria a atitude do Banco de Portugal, se bem percebi. Bom, gostaria de não classificar e acho que seria muita presunção da minha parte classificar a actuação de um órgão de supervisão que tem as suas competências e os seus órgãos de fiscalização e, portanto, eu seria, de certeza, uma pessoa muito pouco qualificada, como sou, para julgar a supervisão do Banco de Portugal.

O Sr. Presidente (Aguiar Branco): — Embora não seja sobre um juízo de valor, mas, também só para o tranquilizar, dir-lhe-ei que o objecto desta Comissão é também apurar aquilo que foi a intervenção da supervisão, aliás, é sobretudo isso.

Isto não é um tribunal para avaliar eventuais ilícitos que tenham sido praticados por cada uma das pessoas, mas, sim, para saber se os órgãos de supervisão funcionam correctamente ou não, com base em factos, claro, e não com base em juízos de valor. Isto só para lhe dizer que é esse um dos objectivos, precisamente, desta Comissão, perante a qual está a depor, para se retirarem conclusões ou não a esse propósito. É por isso que a pergunta do Sr. Deputado é pertinente, na medida em que vai ao encontro do objecto daquilo que é esta Comissão.

Isto foi só para um enquadramento.

O Sr. Dr. José Manuel Fragoso de Sousa: — Não entendam esta minha afirmação como não pertinente a questão colocada pelo Sr.

Deputado ou as colocadas pelos Srs. Deputados. Acho que é completamente pertinente...

O Sr. Presidente (Aguiar Branco): — Pois, mas eu só estava a dar um reforço do enquadramento.

O Sr. Dr. José Manuel Fragoso de Sousa: — Eu desconheço verdadeiramente a forma, os métodos e os procedimentos que o Banco de Portugal utiliza para fazer o seguimento das instituições bancárias.

Constatei algumas situações, que já transmiti a esta Comissão, várias auditorias ao longo do tempo, uma chamada – utilizando, enfim, um termo futebolístico – ao Banco de Portugal onde foi exibido um cartão amarelo, digamos assim, e, portanto, acho que, agora, as conclusões pertencem mais a esta Comissão.

O Sr. Presidente (Aguiar Branco): — O Sr. Deputado João Semedo queria um prolongamento?

O Sr. João Semedo (BE): — Era só para concretizar um aspecto que me foi sugerido por uma das respostas do Sr. Dr..

Posso deduzir das suas palavras que nunca tinha ouvido falar no encontro do Dr. Dias Loureiro com o Dr. António Marta, antes de esse encontro ter aparecido nas páginas dos jornais?

O Sr. Dr. José Manuel Fragoso de Sousa: — Exactamente!

O Sr. João Semedo (BE): — Concluí bem?

O Sr. Dr. José Manuel Fragoso de Sousa: — Exactamente!

O Sr. João Semedo (BE): — Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Aguiar Branco): — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Leonor Coutinho.

A Sr.^a Leonor Coutinho (PS): — Muito obrigada.

Vou começar pelo seguinte: se, em relação ao Banco de Portugal, não conhece os métodos, sabe, provavelmente, os métodos de certificação de contas que os auditores externos e os ROC utilizam e, por isso, pergunto-lhe se nunca achou estranho os ROC não lhe terem feito alguma pergunta em relação ao facto de as actas do conselho de administração não estarem todas assinadas nos anos que aqui referiu que não estavam.

Em segundo lugar, gostaria de perguntar se assinou as contas de 2001 a 2004 sem reservas.

Falou aqui que o Sr. Francisco Sanches preparava operações com os accionistas da SLN, que as faziam directamente com os directores comerciais que estavam sob as suas ordens, Teodoro Ribeiro, João Andrade e Teófilo Carreira. Qual a sua opinião sobre estes seus directores? Como é que conseguia trabalhar com eles e que tipo de relação é que tinham?

Por último, gostaria de lhe perguntar se conhece operações de crédito a clientes ou a accionistas para investimentos em fundos fechados imobiliários de propriedade do Grupo. Portanto, não é forçosamente em dinheiro.

O Sr. Presidente (Aguiar Branco): — Tem a palavra o Sr. Dr., para responder.

O Sr. Dr. José Manuel Fragoso de Sousa: — Vou começar exactamente pelo fim. Não conheço operações que tivessem como objecto financiamento a accionistas para entrarem em fundos fechados do Grupo. Não conheci, enquanto lá estive!

Quanto à questão da certificação de contas e sobre se, alguma vez, o revisor oficial de contas me questionou sobre a não assinatura, respondo que não, que o revisor oficial de contas nunca falou comigo. Não me foi levantada nenhuma questão sobre essa matéria. Assinei as contas de 2001 a 2004 sem reservas.

O relacionamento do Sr. Francisco Sanches com os directores para eles prepararem determinado tipo de operações era algo que me desagradava totalmente e que comecei por não aceitar, mas que, apesar de eu ter manifestado vontade que tal não acontecesse, a situação manteve-se ao longo dos tempos.

Este tipo de gestão, aliás, era muito semelhante àquela que o presidente do banco fazia e, portanto, no fundo, este senhor agia de *motu proprio* mas muito em consonância com o presidente e, portanto, no fundo, era o presidente ou supunha-se que seria o presidente que estaria

a dar essas indicações e, portanto, fazia estas situações de *bypass* não desejáveis em nenhuma organização, mas que colocavam quem tem responsabilidade hierárquica sobre as pessoas numa posição extremamente desconfortável.

A Sr.^a Leonor Coutinho (PS): — Mas as operações eram-lhe comunicadas *a posteriori*?

O Sr. Dr. José Manuel Fragoso de Sousa: — Não, não! Algumas delas eu nem sei onde é que eram feitas. Quer dizer, não sabia..!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Presidente, ficou só uma resposta à pergunta que fiz há pouco, que era só a precisão da data da reunião com o Sr. Arquitecto.

O Sr. Presidente (Aguiar Branco): — Foi bem lembrado, Sr. Deputado!

O Sr. Dr. José Manuel Fragoso de Sousa: — A data da reunião foi em 2006. Arriscaria a dizer que foi no segundo semestre de 2006.

O Sr. Presidente (Aguiar Branco): — Tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Velosa.

O Sr. Hugo Velosa (PSD): — Uma pergunta muito concreta: o Sr. Dr. Fragoso de Sousa confirma ou não que a rede informática do Grupo BPN

incluía o acesso ao Banco Insular? E pergunto-lhe isto porque foi aqui dito pelo Dr. António José Duarte que o acesso ao Banco Insular se fazia exactamente pelo mesmo cabo de rede que havia para aceder à plataforma informática do BPN. Isto foi aqui afirmado!

Portanto, a minha pergunta era para saber se era assim e se alguma vez o Dr. teve acesso ao Banco Insular através deste sistema.

O Sr. Dr. José Manuel Fragoso de Sousa: — Não há resposta mais simples do que esta: não tive acesso! Nunca tive acesso ao Banco Insular, nem conhecia o Banco Insular!

Não sou especialista em informática, nem é propriamente a minha área de actuação e, pelas dezenas ou centenas de operações que, por dia, tinha de apreciar e decidir, tinha alguém que me preparava esse trabalho, digamos, que eram as estruturas do banco, a estrutura do risco, etc., e que me traziam essas operações com as responsabilidades dos clientes, do Grupo, os depósitos, tudo aquilo que deveria compor um *dossier* para se tomar uma decisão.

Portanto, embora não me considere uma analfabeto informático porque trabalho com a informática, não trabalho em sistemas do banco e o sistema julgo que não era nada amigável, no sentido de participar.

Nunca tive nenhuma informação que conduzisse a esse raciocínio de que as pessoas do banco tenham acesso ao Banco Insular. Eu diria que seria redondamente mentira, porque isso, então, era público, não é? Eu julgo que nem as pessoas do banco, mesmo ao nível de directores, penso eu, que, aliás, não nunca lá fui. E julgo mesmo que não tinham acesso Banco Cayman, que era um banco que consolidava com o BPN.

Portanto, julgo mesmo que não tinham acesso, embora não possa garantir, porque eu não trabalhava no sistema, aquilo era muito lento, demorava muito tempo e, enfim, não fazia parte das minhas funções estar a fazer pesquisas no equipamento informático. Alguém me preparava a informação.

Contudo, julgo que se foi afirmado pelo Dr. António José Duarte, o que não ponho em causa, porque não ouvi o seu depoimento, com certeza, ele terá razões para o dizer. Agora, que na realidade as pessoas não tinham acesso a isso, não conheciam, não falavam... Como referi, acho que havia um núcleo muito próximo do Dr. Oliveira e Costa. E a conclusão, que tenho para mim, dos aspectos relacionados com o Banco Insular, é de que pessoas muito próximas dele e da sua estrita confiança, e este Sr. Dr. António José Duarte, que dependia do Sr. António Franco, que, por sua vez, reportava ao Sr. Francisco Sanches e que tinha mais uma pessoa chamada Ricardo Pinheiro, que também tinha passado pelas operações e depois julgo que foi para Angola ou para Cabo Verde, ou coisa assim, eu acho que este grupo muito fechado e muito circunstanciado àquilo que era a direcção de operações do banco deveria funcionar num circuito relativamente fechado para que as pessoas não se apercebessem porque, se isso fosse público e notório, enfim, não penso que teria ficado sem conhecimento público até à administração do Dr. Vakil ou do Dr. Miguel Cadilhe – aliás, já me não recordo quem é que despoletou o problema, embora tenha acompanhado, mas parece que até foi o Dr. Abdool Vakil que falou nisso.

Portanto, não teria passado todos estes anos à margem de tanta gente distraída.

O Sr. Presidente (Aguiar Branco): — Então, para um remate final, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Melo.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — É a tal precisão tem que ver com isto: a propósito do que o Sr. Dr. refere, enfim, que deixa de exercer funções nessa empresa a partir de uma determinada data e reúne com o arquitecto, como disse, no segundo semestre de 2006, eu só gostava de perceber quando é que o Sr. Dr. deixou de exercer funções nessa empresa e se, até deixar de exercer funções nessa empresa, se manteve esse Sr. Arquitecto como responsável pelo projecto. E, já agora, se nos dava mais alguma precisão sobre o projecto, em concreto.

O Sr. Presidente (Aguiar Branco): — Tem a palavra, Sr. Dr., para responder.

O Sr. Dr. José Manuel Fragoso de Sousa: — Tentando concretizar e manifestando claramente a minha opinião, direi que esta situação de eu ter sido nomeado administrador dessa empresa, como poderia ter sido de outra qualquer, porque não tinha actividade, foi um expediente que o Dr. Oliveira e Costa ou que o Sr. Francisco Sanches encontraram para me dizerem: você, agora tem responsabilidades, tem qualquer coisa para fazer....

A empresa não tinha objecto, tinha um terreno que estava parado, penso que há anos, quando entrei para o banco já ouvia falar nesta Turifenus, que faz parte do universo da SLN e, portanto, é uma empresa

que, julgo, tem como único activo aquele terreno, que nunca lá foi desenvolvido nada e que, na altura, apareceu um projecto, que estava a ser liderado pela pessoa do banco, interna, e que o arquitecto, depois, se limitou a levar um projecto e a desembrulhar as plantas e o Dr. Oliveira e Costa esteve presente e achou que era engraçado e disse: bom, com mais uma torre ali e mais não sei quê acolá e tal... E, depois, fecharam-se aquelas páginas de projectos e o assunto morreu ali.

Quer dizer, com o meu conhecimento, ou, então, talvez porque me não quisessem dizer nada e o assunto tivesse tido algum desenvolvimento, e porque passo por lá todos os dias e verifico que aquilo está ao abandono, direi que, pelo menos em termos físicos, não aconteceu nada.

Quando é que eu saí dessa empresa? Respondo que foi no dia em que saí do banco, enquanto Grupo, e, portanto, não do banco a exercer funções mas do banco como director, cuja data poderei precisar se tiver aqui...

O Sr. Presidente (Aguar Branco): — Sr. Deputado, é assim muito relevante para a questão que foi colocada, saber se a saída foi em Março ou Abril de 2007?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Acho que é.

O Sr. Dr. José Manuel Fragoso de Sousa: — Eu posso fornecer a carta do pedido de renúncia e aí está a data em que renunciei ao cargo. Se acharem que é importante...

O Sr. Presidente (Aguiar Branco): — Acho que foi no primeiro trimestre de 2007.

O Sr. Dr. José Manuel Fragoso de Sousa: — Sim, Março ou Abril.

O Sr. Presidente (Aguiar Branco): — Sr. Dr., muito obrigado.

Julgo que foi um depoimento muito esclarecedor e, portanto, queria agradecer, em nome da Comissão, o exercício deste dever cívico.

Muito obrigado.

Srs. Deputados, estão encerrados os nossos trabalhos.

Eram 21 horas e 35 minutos.